



Diagnóstico da Economia Informal de São Paulo

Coordenação: Manuel Thedim
Pesquisadores: Adriana Fontes
Maurício Blanco
Érica Amorim
Luísa de Azevedo

Julho de 2006

Índice

Introdução	3
Parte 1 - Características do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo	5
1.1) Antecedentes	5
1.1.1) Contexto Institucional: A proteção ao trabalhador, o comportamento dos agentes e o desempenho do mercado de trabalho	8
1.1.2) Uma aproximação ao Mercado de Trabalho no Município de São Paulo	11
1.2) Composição da Ocupação e nível salarial da RMSP	14
1.2.1) A Renda dos Trabalhadores na RMSP	21
1.3) Renda do Trabalho e Características Pessoais dos Microempreendedores na RMSP	25
1.3.1) Faixa etária	25
1.3.2) Gênero	28
1.3.3) Educação	30
1.3.3.1) Nível Educacional dos Jovens entre 15 e 24 anos por Posição na Ocupação	32
1.4) Geração de Renda, Pobreza e Desigualdade na RMSP	35
Parte 2 - Caracterização dos microempreendimentos da RMSP	43
2.1) Dados Gerais da Unidade Econômica	43
2.2) A Constituição Jurídica	46
2.3) Associação	48
2.4) Desempenho dos negócios	50
2.5) Características dos proprietários	52
2.6) Mão-de-obra ocupada	57
2.7) Serviços de desenvolvimento empresarial	58
2.8) Serviços Financeiros	59

Introdução

O setor informal tem merecido atenção crescente por parte de pesquisadores e gestores de políticas. Os pequenos negócios são os maiores geradores de trabalho e responsáveis pelo sustento de metade da população ocupada no Brasil. Negligenciá-lo, portanto, é deixar essa imensa parcela da população na pobreza, além de subestimar a capacidade potencial de contribuir com o maior dinamismo de muitos setores da atividade econômica do Estado.

Existem evidências de que grande parte da pobreza se concentra em famílias chefiadas por pessoas direta ou indiretamente ligadas à economia informal. Políticas voltadas ao aumento da sua produtividade são, portanto, parte essencial de uma estratégia que combine combate à pobreza e crescimento econômico.

O conhecimento acumulado sobre o universo de micro e pequenos negócios, entretanto, ainda é reduzido. As informações disponíveis sobre essa realidade ainda são escassas e não dão conta da heterogeneidade e diversidade do setor. O esboço de uma política pública voltada às atividades informais fica limitado diante da ausência de um diagnóstico detalhado sobre a realidade na qual se pretende atuar. O presente relatório visa contribuir para incremento de conhecimento sobre o setor informal na Região Metropolitana de São Paulo a fim de melhor embasar as ações voltadas a este grupo.

Este relatório se divide em 2 grandes partes além desta introdução. Na primeira parte, analisamos as características gerais do mercado de trabalho de São Paulo e sua evolução nos últimos 20 anos, utilizando as bases de dados do IBGE, em especial, a Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE), e a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade. A segunda parte aborda com detalhes a dinâmica dos microempreendimentos na Região Metropolitana de São Paulo. Consideramos como microempreendimentos, os negócios com até cinco pessoas trabalhando e

utilizamos como fonte de informação para esta parte a Pesquisa da Economia Informal e Urbana do IBGE (Ecinf/IBGE).

Parte 1 - Características do Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de São Paulo

1.1) Antecedentes

A dinâmica econômica da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – assim como do Município de São Paulo – tem marcado o ritmo da economia brasileira ao longo do século XX, constituindo-se assim no pólo de desenvolvimento econômico mais importante do país. Na primeira metade do século anterior, a economia brasileira tinha como base fundamental as atividades agrícolas e extrativas, cujo principal produto era o café. O Estado de São Paulo concentrava a maior parte da produção e exportação deste produto.

Uma das conseqüências imediatas do grande dinamismo agrícola do estado, no final do século XIX, consistiu no aumento da importância do Município de São Paulo, que passou a acolher grande parte das atividades financeiras e de negócios decorrentes das atividades cafeeiras. Assim, já nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, São Paulo recebeu os primeiros bancos e empresas de exportação, dando início ao processo de atração de instituições financeiras. Esse processo aprofundou-se ao longo do século XX e fez com que a capital paulista se constituísse no principal centro financeiro do país, posto que detém até os dias de hoje.

A partir da década de 1930, com a substituição do modelo econômico que tinha por base as atividades agrícolas por um novo, baseado no desenvolvimento do setor industrial e na substituição de importações, a relevância do estado e da RMSP foi ainda maior. Esta se cristaliza em três características pertinentes à análise da dinâmica e evolução do mercado de trabalho durante a década dos 90. Em primeiro lugar, o aumento de fluxos migratórios de outras regiões do país, principalmente provenientes da Região Nordeste, devido ao grande dinamismo econômico tanto do estado quanto da RMSP. Desta forma, até o início da década de 80, São Paulo se beneficiou destes fluxos migratórios atraindo mão-de-obra

qualificada e, assim, possibilitando que tanto o estado quanto a região metropolitana se transformassem no centro principal da cadeia produtiva industrial do país.

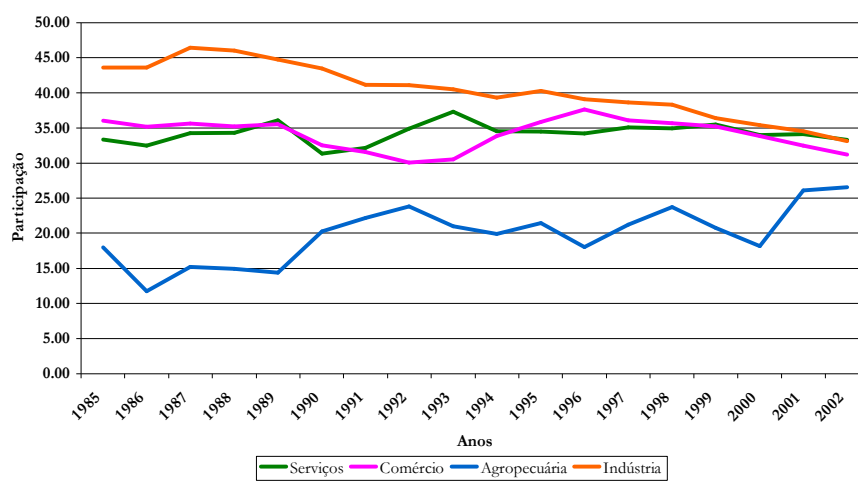
Em segundo lugar, o processo gradual de concentração de estabelecimentos industriais tanto no estado quanto na RMSP teve como conseqüência o pronunciado aumento da participação relativa no PIB nacional. Como revela o Gráfico 1, na segunda parte dos anos 80, em torno de 45% do PIB industrial de todo o país era gerado no Estado de São Paulo. Este dinamismo do setor industrial paulista também se reflete nas atividades do comércio e dos serviços. Com efeito, no Gráfico 1 verifica-se que a participação destes últimos no total nacional era de aproximadamente 35% para o mesmo período.

Porém, o Gráfico 1 revela também que a atividade industrial no Estado de São Paulo tem sofrido um processo de desaceleração, na medida em que esta participação se reduz – no final dos anos 90 – a menos de 35% do PIB industrial nacional. Deve-se observar que as participações dos setores de serviços e de comércio têm oscilado em torno dos 35% entre 1985 e 2002.

Pode-se reforçar a afirmação do parágrafo anterior quando se verifica que a queda da participação do Estado de São Paulo no PIB industrial do país (atividade concentrada basicamente na Região Metropolitana) é praticamente equivalente ao aumento da participação do Estado de São Paulo no PIB agrícola (atividade concentrada no interior do estado) nos últimos 20 anos (Ver Gráfico 1).

Em síntese, a tendência de estagnação do setor industrial no Estado de São Paulo atinge diretamente a RMSP na medida em que grande parte desta atividade se concentra nesta região. Em conseqüência, é possível afirmar que a RMSP e o Município de São Paulo têm experimentado uma perda significativa de sua importância no dinamismo econômico do Estado.

Gráfico 1: Evolução da Participação do Estado de São Paulo no PIB do Brasil segundo setores de atividade (1985-2002)



Fonte: Ipeadata

Nota: PIB calculado em R\$ 2000. Foi excluído a atividade extrativa mineral pelos seus valores inexpressivos.

Em terceiro lugar, a existência de um alto grau de sindicalização decorrente do dinamismo da indústria ao longo do século XX é outra característica marcante deste cenário. Vale lembrar que o processo de industrialização no país teve início durante a República Velha, período em que a indústria brasileira dava os seus primeiros passos, impulsionada pelo novo modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Um segundo fator que incidiu no alto grau de sindicalização foi a abundância de mão-de-obra, representada pelos contingentes rurais que gradativamente se concentravam nos grandes centros urbanos.

Os dados publicados na Pesquisa Sindical de 2001 do IBGE revelam a importância da presença sindical no Estado de São Paulo. Dos 15.961 sindicatos existentes no Brasil (registrados e não registrados no Ministério de Trabalho e Emprego), em torno de 15% se encontram no estado. Em termos do número de trabalhadores associados a esses sindicatos, o Estado de São Paulo possui aproximadamente 3,3 milhões de trabalhadores dos 19,5 milhões de trabalhadores sindicalizados em todo o país.

Um dado revelador da Pesquisa Sindical de 2001 mostra que, no Brasil, do total de trabalhadores sindicalizados, 52% (aproximadamente 10,2 milhões) estão filiados a centrais sindicais. Esta proporção alcança no Estado de São Paulo 64% (aproximadamente 2,3 milhões de trabalhadores). Os restantes, 36%, são trabalhadores filiados a sindicatos que não pertencem a nenhuma central sindical. Os dados apresentados no parágrafo anterior ganham em importância quando se constata que estas centrais sindicais levam rigidez ainda maior ao mercado de trabalho e aos processos de negociação entre trabalhadores e empregadores. Em geral, salários e níveis de ocupação são negociados em acordos coletivos que incorporam amplos setores de trabalhadores filiados às centrais.

A sindicalização não é a única variável institucional que influencia o comportamento dos agentes, as características e a dinâmica do mercado de trabalho. Outro fator institucional central diz respeito à legislação trabalhista. Na próxima seção descrevem-se brevemente dois mecanismos legais de grande impacto na composição da ocupação, do nível salarial e no comportamento de trabalhadores e empregadores.

1.1.1) Contexto Institucional: A proteção ao trabalhador, o comportamento dos agentes e o desempenho do mercado de trabalho

De início, é preciso ressaltar que este marco jurídico-legal deve ser tomado como um dado exógeno à administração municipal de São Paulo. No entanto, como será observado mais adiante, os efeitos do marco institucional podem estar influenciando a dinâmica do mercado de trabalho local, criando obstáculos para a retomada do crescimento e, assim, aprofundando a desaceleração da atividade econômica na capital paulista.

Partindo do fato de que toda legislação trabalhista influencia o comportamento da oferta e da demanda por trabalho, ela pode levar a impactos perversos sobre o desempenho do mercado de trabalho, em particular, sobre o nível salarial, as

taxas de desemprego e de rotatividade e, o grau de informalidade. Dado que esses impactos sobre o funcionamento do mercado de trabalho podem vir a ser tão significativos, descrevemos brevemente dois aspectos relevantes da legislação trabalhista e seus impactos potenciais sobre o desempenho do mercado de trabalho.

O primeiro deles é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Este é um fundo de propriedade do trabalhador ao qual ele tem acesso apenas quando é demitido ou em situações excepcionais, como a compra da casa própria, dentre outras. O fato de o trabalhador ter acesso restrito ao seu FGTS leva a que este seja um ativo com baixa liquidez, que, aliada à baixa remuneração financeira recebida pelo FGTS, reduz o valor que cada trabalhador atribui ao seu fundo. Cada R\$ 1 depositado pelo empregador no FGTS do trabalhador é percebido por este último como valendo menos do que R\$ 1. Desta forma, como o benefício para o trabalhador é inferior ao custo para a empresa, a presença do FGTS torna-se uma fonte inequívoca de ineficiência e, portanto, de elevação do custo do trabalho. A ineficiência induz a uma preferência – tanto dos empregados quanto dos empregadores – por contratos em que, ao invés de depositar recursos no FGTS do empregado, o empresário lhe faz uma transferência direta. Surge daí o incentivo à informalidade. Deve-se ressaltar que o aumento no custo do trabalho não é uma decorrência do FGTS em si, mas da existência de uma diferença entre o benefício para o trabalhador e o custo para a empresa. Este aumento no custo do trabalho leva também a uma queda na demanda por trabalho e, por conseguinte, a um aumento no desemprego que pode ser ajustado pelo preço do trabalho ou por sua precarização.

Por fim, tem-se que o FGTS outorga aos trabalhadores incentivos para induzirem a sua demissão, única forma, fora as situações excepcionais, de eles terem acesso ao dinheiro depositado no fundo. Assim, tanto trabalhadores como empresas têm expectativas de que a relação de trabalho será curta, levando a que ambos tenham muito pouco incentivo para investir em capital humano específico,

isto é, em treinamento e capacitação da força de trabalho, elevando novamente a taxa de rotatividade.

Em segundo lugar, tem-se o Seguro Desemprego. Para melhor compreender os incentivos gerados pelo Seguro Desemprego, é importante notar que este é um benefício recebido pelo trabalhador demitido sem justa causa, mas que não se constitui em custo para a empresa que o demitiu. De fato, no Brasil, ao contrário do que ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, a história da empresa com demissões não tem impacto sobre o imposto que ela deve pagar para formar o fundo de onde saem os benefícios do Seguro Desemprego.

Do ponto de vista do trabalhador, o Seguro Desemprego funciona como uma fonte de renda adicional no momento em que é demitido. Um dos impactos disso é permitir que o trabalhador desempregado seja mais seletivo na escolha de seu próximo emprego. De fato, a existência dessa fonte adicional de renda aumenta o período de busca do trabalhador, mas também a qualidade do emprego finalmente aceito.

Por conseguinte, o Seguro Desemprego tende, por um lado, a elevar a taxa de desemprego na medida em que eleva a duração do desemprego. Por outro, ele melhora a qualidade dos casamentos entre empregadores e empregados e, portanto, a produtividade e o nível dos salários dos trabalhadores ocupados. A melhoria na qualidade dessa união tem também o efeito de elevar a durabilidade do emprego. Isso aumenta os incentivos a investimentos em capital humano específico, levando a maior produtividade, maiores salários e relações de trabalho de mais longa duração.

Finalmente, vale ressaltar que, como o recebimento do Seguro Desemprego é interrompido no momento em que o trabalhador aceita um emprego no segmento formal da economia, existe um incentivo para os trabalhadores e as empresas

engajarem-se em relações informais de trabalho durante o período em que o trabalhador recebe o Seguro Desemprego.

Existem – na legislação trabalhista brasileira – outros mecanismos como a Multa por Demissão e o Período de Experiência. Estes mecanismos possuem também efeitos sobre a dinâmica do mercado de trabalho, principalmente na qualidade do casamento entre trabalhadores e postos de trabalho e, portanto, na durabilidade da relação de trabalho. No entanto, para os objetivos traçados no presente documento, decidiu-se concentrar a atenção no FGTS e no Seguro Desemprego, na medida em que seus impactos na composição da ocupação e no nível salarial são amplamente conhecidos.

1.1.2) Uma aproximação ao Mercado de Trabalho no Município de São Paulo

A desaceleração econômica mencionada nas páginas acima reflete-se nas tendências de desemprego do município expressas nos Gráficos 2 e 3. O Gráfico 2 apresenta a evolução do desemprego aberto para o período 1985-2004. Este gráfico revela uma tendência crescente de longo prazo do desemprego. Em 1985 a taxa de desemprego era da ordem de 7%, ao passo que em 2004 alcançou uma taxa de 11,4%.

Segundo o Gráfico 2, apenas em três anos do período analisado verificou-se uma leve diminuição desta taxa: 1985/1986, 1993/1994 e 2000/2001. Esta taxa de desemprego aberto teria alcançado patamares maiores no Município de São Paulo se não fosse o comportamento do desemprego oculto medido pela taxa de desemprego precário¹ e a taxa de desalento no mesmo período.

¹ Pessoas que realizam trabalhos precários: algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (Seade).

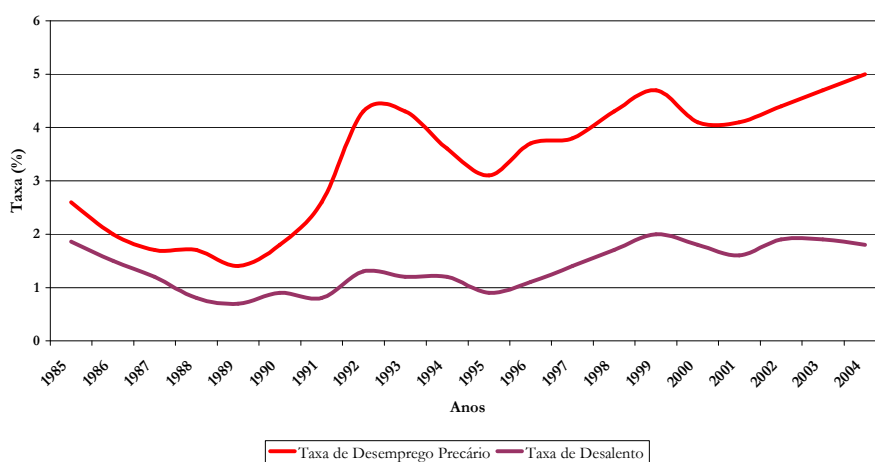
Gráfico 2: Evolução da Taxa de Desemprego Aberto no Município de São Paulo (1985 - 2004)



Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

Em 1985 a taxa de desemprego precário era de 2,6%, ao passo que em 2004, esta taxa alcançou 5% (Ver Gráfico 3). Porém, o menor patamar verificou-se em 1989 (1,4%), ano que deu início a um forte processo de aumento do desemprego precário. A evolução dessa forma de desemprego revela um padrão excessivamente errático com fortes aumentos nos períodos 1989/1992 e 1995/1999. Deve-se ressaltar que, desde 2001, a taxa de desemprego precário tem aumentado.

Gráfico 3: Evolução das Taxas de Desalento e Desemprego Precário no Município de São Paulo (1985 - 2004)



Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

A taxa de desalento é um dos indicadores mais diretos de recuperação econômica. Quando esta taxa diminui é porque os trabalhadores retornam ao mercado procurando um posto de trabalho. O Gráfico 3 expressa a evolução da taxa de desalento para o Município de São Paulo no período 1985-2004. Segundo este gráfico, esta taxa experimentou um aumento consistente de 0.9% para 2%, entre 1994 e 1998. A única diminuição significativa se verifica no período 1985/1988 durante o governo Sarney.

A tendência verificada no Gráfico 3 (aumento da taxa de desemprego precário) pode ser uma característica específica do Município de São Paulo, sendo que maiores estudos precisam ser realizados sobre este tema. No entanto, para confirmar parcialmente este fato – ainda que de uma forma indireta (devido à indisponibilidade de dados) – realizamos uma análise sobre a RMSP, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), utilizando um indicador semelhante: a evolução do número de pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalham no máximo 14 horas semanais (subemprego) para o período 2002/2005 (até março) para as seis Regiões Metropolitanas que abrange a PME.

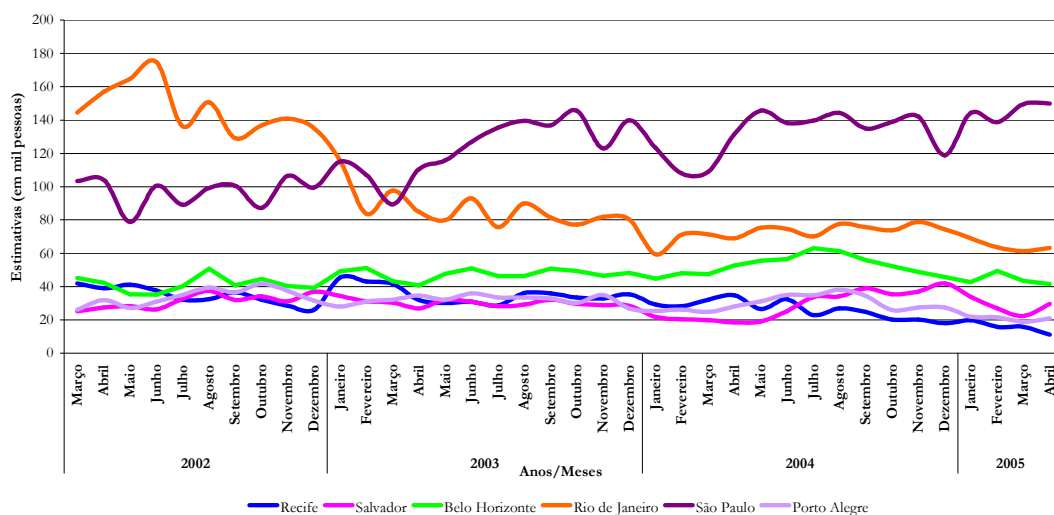
Esses dados são expressos no Gráfico 4 a seguir. A RMSP é a única que experimentou um aumento do número de pessoas que trabalham menos de 14 horas semanais. Em março de 2002, aproximadamente 100 mil pessoas ocupadas trabalhavam menos de 14 horas semanais, ao passo que em abril de 2005 este número aumentou para 150 mil. Um aumento de 50% em três anos.

Deve-se sublinhar que o aumento significativo desse subemprego (mensurado com a PME) verificou-se em 2003 (principalmente entre março e outubro), fato este que coincide com o aumento do trabalho precário no Município de São Paulo (Ver Gráfico 3).

Por outro lado, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro mostra um comportamento contrário ao da RMSP. Entre março de 2002 e março de 2003 o número de pessoas que trabalhavam menos de 14 horas na Região Metropolitana

de Rio de Janeiro era maior do que o número de pessoas na RMSP. Desde março de 2003 o Rio tem experimentado uma redução significativa e consistente neste indicador, ao passo que a RMSP revelou um aumento significativo no mesmo período. Segundo este gráfico, as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre revelam um comportamento estável.

Gráfico 4: Pessoas com 10 anos ou mais de idade que trabalhavam habitualmente até 14 horas por semana nas Regiões Metropolitanas do país (2002-2005)



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego - PME. IBGE.

Em síntese, a desaceleração econômica de São Paulo durante os anos 90 – principalmente no setor da indústria – junto a um tardio estancamento dos fluxos migratórios provenientes de outras regiões do país reflete-se no aumento do desemprego tanto aberto quanto oculto da RMSP e do Município de São Paulo. No entanto, a análise do mercado de trabalho local não se restringe apenas à disponibilidade de mão-de-obra. Outros fatores do mercado de trabalho devem ser incorporados: principalmente os níveis salariais, a composição da ocupação e o nível educacional da força de trabalho.

1.2) Composição da Ocupação e nível salarial da RMSP

O objetivo central desta primeira parte do documento é o de revisar a evolução da composição da ocupação e o nível salarial, para determinar as principais

características do nosso objeto de estudo: as condições que enfrentam os microempreendedores no mercado de trabalho na RMSP.²

Antes de continuar com a descrição proposta, é preciso fazer alguns esclarecimentos importantes. Em primeiro lugar, dada a representatividade amostral da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), não foi possível construir indicadores para o Município de São Paulo a partir desta pesquisa. É por esta razão que toda a análise das próximas páginas se concentra na RMSP. Dado o peso do município no interior da Região Metropolitana, é razoável supor que os resultados e tendências verificados no mercado de trabalho da RMSP representam com um grau significativo de fidedignidade às tendências do mercado de trabalho do Município de São Paulo.

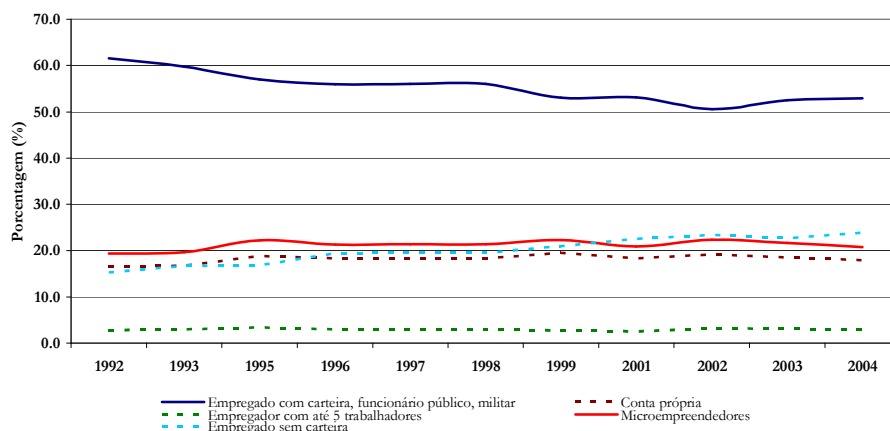
Em segundo lugar, alternativamente à Pnad, poderíamos trabalhar com o Censo Demográfico, mas se perderia muito com a impossibilidade de traçar a evolução dos indicadores durante a década de 90. O Censo permitiria ter um retrato em apenas um ponto no tempo (o ano de 2000), o que comprometeria totalmente a análise – além de contarmos com dados muito ultrapassados. O presente relatório utilizou o Censo apenas para calcular alguns indicadores nas zonas e distritos do Município.

Finalmente, com propósitos de comparação, o presente estudo optou por excluir a RMSP quando se construíram os indicadores para o Brasil Metropolitano. Com efeito, dado o peso significativo desta região pelas dimensões do seu mercado de trabalho, a inclusão da RMSP no Brasil Metropolitano resultaria em uma comparação de caráter tautológico. O que interessa é determinar o que existe de particular nesta região no que diz respeito às tendências e características do mercado de trabalho metropolitano no país.

² A categoria “microempreendedor” compreende os trabalhadores conta-própria e os empregadores com até cinco trabalhadores.

O Gráfico 5 apresenta a evolução da composição da ocupação na RMSP para o período 1992-2004. Em linhas tracejadas, apresenta-se a evolução dos empregados sem carteira (linha azul claro), trabalhadores por conta própria (linha marrom) e empregadores com até cinco trabalhadores (linha verde). As linhas contínuas representam os trabalhadores com carteira (linha azul) e os microempreendedores (linha vermelha) que são simplesmente a agregação dos trabalhadores por conta própria aos empregadores com até cinco trabalhadores.

Gráfico 5: Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
(ocupados com 10 anos ou mais)
Região Metropolitana de São Paulo (1992-2004)



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).
Notas: 1 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000. 2 - Incluem os trabalhadores domésticos.

Entre 1992 e 2004 – em decorrência das considerações da seção anterior sobre os custos do trabalho e a desaceleração econômica – o peso relativo dos empregados formais no total da ocupação (com carteira assinada, funcionários e militares) tem diminuído de forma constante em dez pontos percentuais: de 62% em 1992 para 52% em 2004. Esta redução da ocupação formal foi absorvida pelos empregados sem carteira (aumento de 8 pontos percentuais) e pelos trabalhadores por conta própria (aumento de 2 pontos percentuais). Finalmente, os empregadores com até cinco trabalhadores representaram aproximadamente 2,9% do total dos ocupados em todo o período sob análise (Ver Gráfico 5).

Da análise do Gráfico 5 uma mudança relevante deve ser mencionada em termos da composição da ocupação. Em 1992, o peso relativo dos trabalhadores conta-própria (16,5%) era ligeiramente superior ao peso relativo dos trabalhadores sem carteira (15,3%). Em 2004, esta situação foi revertida de modo que os trabalhadores sem carteira representam 24% do total de ocupados, ao passo que os trabalhadores conta-própria representam 18%.

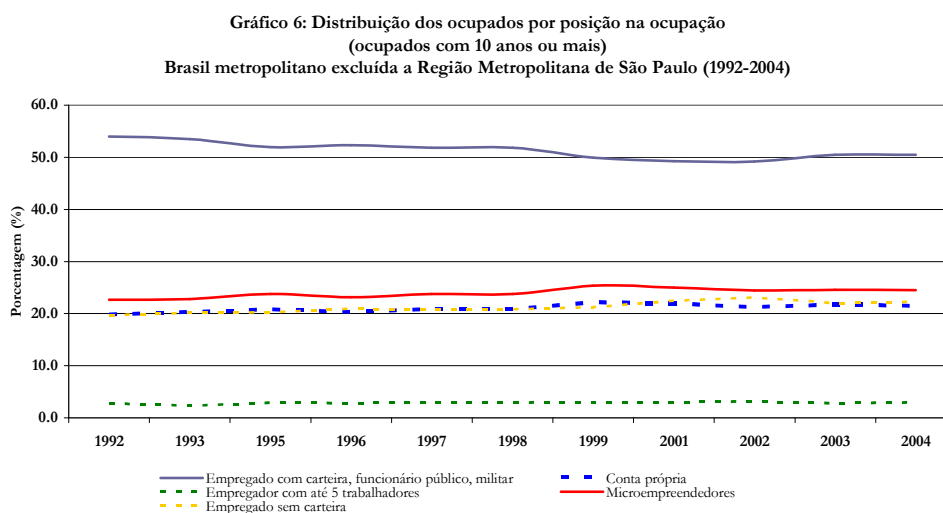
Em 2004, na RMSP, 21% do total de ocupados pertenciam à categoria dos microempreendedores: trabalhadores conta-própria (17,9%) e empregadores com até cinco trabalhadores (2,9%). Em termos absolutos, significa que dos 8,4 milhões de ocupados na RMSP, 1,8 milhão se dedica aos microempreendimentos. Outro dado que contextualiza a importância relativa dos microempreendedores consiste em que, em 2004, este 1,8 milhão de microempreendedores residentes na RMSP representa aproximadamente 32% do total de microempreendedores do Brasil Metropolitano (aproximadamente 5,7 milhões).

As tendências mencionadas – em termos da distribuição da ocupação – para a RMSP se verificam para o Brasil Metropolitano. O Gráfico 6 reproduz a informação do Gráfico 5 para o Brasil Metropolitano excluindo a RMSP. Três aspectos devem ser mencionados:

a) A redução do peso do trabalho formal (empregados com carteira, funcionários públicos e militares) no total dos ocupados é bem mais atenuada no Brasil Metropolitano (quatro pontos percentuais) quando se compara com a RMSP (10 pontos percentuais) no período 1992-2004;

b) Este fato também pode ser explicado porque no início do período (1992) o peso dos trabalhadores sem carteira e dos trabalhadores por conta própria no total dos ocupados era superior no Brasil Metropolitano do que na RMSP, ao passo que em 2004 o peso dos trabalhadores sem carteira é ligeiramente superior na RMSP (24%) do que no Brasil Metropolitano excluindo a RMSP (22%), e;

c) A absorção – entre o trabalho sem carteira e o trabalho por conta própria – da redução do peso relativo do trabalho formal em 4 pontos percentuais foi mais equilibrada no Brasil Metropolitano quando comparada com a absorção na RMSP. Nesta última, de cada 10 trabalhadores que saíram do trabalho formal, oito foram para o trabalho sem carteira e dois para o trabalho por conta própria.



Fonte: Elaborado pelo HETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).
Notas: 1 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000. 2 - Incluem os trabalhadores domésticos.

A análise da distribuição da ocupação é complementada nas Tabelas 1-2, onde se apresenta a evolução da distribuição da ocupação por ramo de atividade, tanto para a RMSP quanto para o Brasil Metropolitano segundo a posição da ocupação. Segundo as informações contidas na Tabela 1, em 2004, na RMSP, a ocupação dos microempreendimentos se concentrava nos serviços distributivos (28% e 36%, trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco trabalhadores, respectivamente) e nos serviços pessoais (26% e 28%, trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco trabalhadores, respectivamente).

No caso dos trabalhadores por conta própria, em 2004, o setor da construção civil ocupava o terceiro lugar na ocupação com 18% do total de ocupados; ao passo

que entre os empregadores com até cinco trabalhadores, os serviços produtivos ocupavam o terceiro lugar com 12% do total de ocupados (Ver Tabela 1).

Confirmando as tendências de estagnação da indústria na RMSP, a Tabela 1 apresenta um dado realmente importante no que diz respeito à absorção de mão de obra no período 1992-2004. Em termos gerais, pode-se observar um declínio da ocupação total, tanto na indústria moderna quanto na tradicional. No entanto, no caso dos trabalhadores por conta própria, a tendência é contrária. Com efeito, entre 1992 e 2004, o peso relativo da ocupação triplicou no caso da indústria moderna (de 0,8% para 2,7%) e, no caso da indústria tradicional, aumentou em 50% (de 3% para 4,5%) para este segmento de trabalhadores.

As características acima mencionadas para os microempreendedores, na RMSP em 2004, são parcialmente confirmadas para o Brasil. Em primeiro lugar, a distribuição da ocupação dos empregadores com até cinco trabalhadores é exatamente igual tanto na RMSP quanto no Brasil Metropolitano: serviços distributivos (34%), serviços pessoais (23%), serviços produtivos (14%) e saúde e educação (8%) (Ver Tabela 2).

Em segundo lugar, existe uma diferença entre o Brasil Metropolitano e RMSP, no que diz respeito à absorção dos ocupados entre os trabalhadores por conta própria, sendo que no Brasil Metropolitano o setor que mais absorve é o de serviços pessoais (31%), ao passo que na RMSP – como foi observado anteriormente – os serviços distributivos são os responsáveis por 28% do total de ocupados.

Tabela 1: Distribuição dos ocupados por setor de atividades segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais)
São Paulo metropolitano (1992/2004)

	Administração pública		Construção civil		Serviços distributivos		Indústria moderna		Serviços pessoais		Serviços produtivos		Saúde e educação		Serviços comunitários		Indústria tradicional		Não especificado	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	3,7	3,5	7,3	6,3	16,6	18,9	15,7	12,4	22,1	23,7	14,0	17,3	8,1	10,5	1,3	1,1	10,5	6,3	0,8	0,0
Empregado com carteira, funcionário público, militar	5,5	5,4	4,5	2,6	12,0	15,3	22,5	18,3	13,0	16,7	16,7	20,5	10,7	13,8	1,3	1,2	12,9	6,2	0,8	0,0
Empregado sem carteira	2,0	2,7	5,1	5,6	15,1	16,4	7,5	7,6	46,5	37,2	7,1	12,5	5,4	8,6	1,4	1,7	8,8	7,6	1,1	0,0
Conta própria	0,0	0,0	19,0	17,9	28,9	28,4	0,8	2,7	32,6	25,9	12,3	15,8	2,6	4,4	0,7	0,4	3,0	4,5	0,1	0,0
Empregador	0,0	0,0	3,9	4,7	31,7	35,3	12,7	10,9	21,1	23,1	12,4	12,7	3,9	6,2	0,0	0,3	12,7	6,8	1,5	0,0
até 5 trabalhadores	0,0	0,0	3,0	5,2	34,2	35,8	8,1	8,2	26,1	27,6	13,2	11,9	3,4	6,3	0,0	0,4	11,1	4,5	0,9	0,0

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Tabela 2: Distribuição dos ocupados por setor de atividades segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais)
Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo (1992/2004)

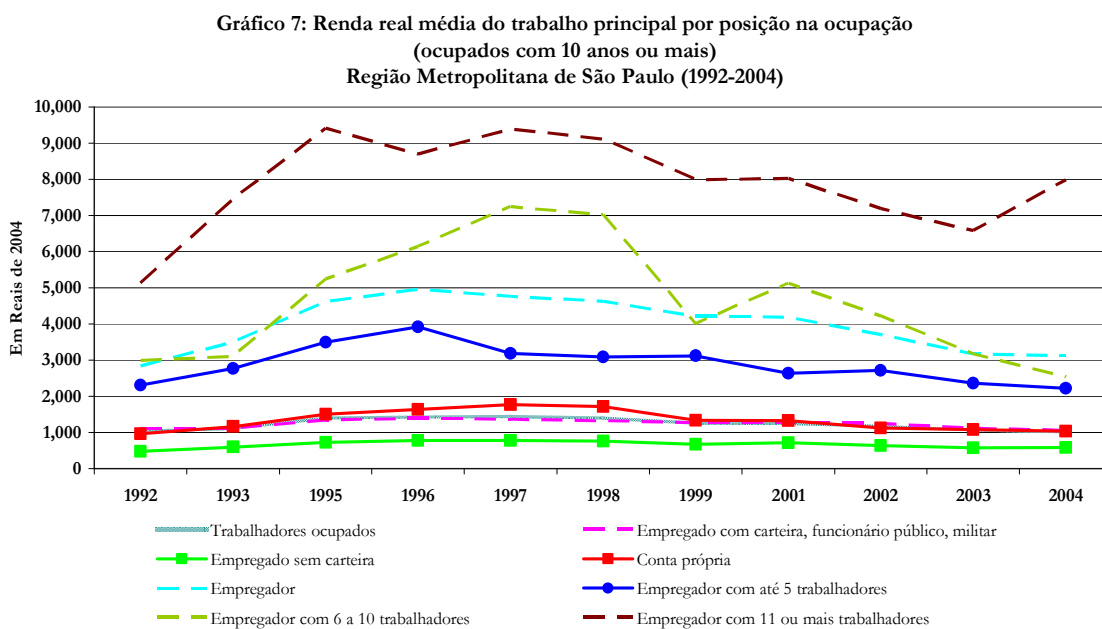
	Administração pública		Construção civil		Serviços distributivos		Indústria moderna		Serviços pessoais		Serviços produtivos		Saúde e educação		Serviços comunitários		Indústria tradicional		Não especificado	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	6,8	6,4	8,6	7,6	17,9	18,8	5,9	5,8	26,8	27,1	13,0	15,0	9,5	11,0	1,8	1,4	8,0	7,0	1,7	0,0
Empregado com carteira, funcionário público, militar	11,6	10,7	6,2	4,2	14,0	15,8	8,7	8,7	15,1	18,7	16,7	18,3	13,9	15,5	2,0	1,1	9,4	7,0	2,3	0,0
Empregado sem carteira	2,8	4,4	9,5	8,0	12,5	13,2	3,2	3,5	49,4	43,0	6,4	10,5	4,8	8,5	2,2	2,9	7,4	6,0	1,6	0,0
Conta própria	0,0	0,0	13,5	15,0	28,1	27,7	1,5	1,8	36,9	31,0	11,1	12,8	3,6	3,9	0,7	0,4	4,3	7,4	0,1	0,0
Empregador	0,1	0,0	6,6	7,2	35,5	32,0	5,1	5,8	24,4	22,3	10,2	14,5	5,4	8,4	0,3	1,2	10,5	8,5	2,0	0,0
até 5 trabalhadores	0,1	0,0	6,1	7,2	38,5	33,7	3,8	5,2	27,3	23,2	9,6	14,1	5,1	8,4	0,4	0,8	8,0	7,3	1,2	0,0

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

1.2.1) A Renda dos Trabalhadores na RMSP

A presente subseção é dedicada à análise da renda no mercado de trabalho da RMSP e, em particular, dos microempreendimentos. Os Gráficos 7 e 8 apresentam a evolução da renda do trabalho principal segundo a posição na ocupação para a RMSP e o Brasil Metropolitano (exceto a RMSP) no período 1992-2004.

Da comparação dos Gráficos 7 e 8 pode-se observar que para todas as posições da ocupação, na RMSP a renda do trabalho principal é sempre superior quando comparada com o Brasil Metropolitano.



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000. 2 - Valores expressos em reais de outubro de 2004. 3 - Incluem os trabalhadores domésticos.

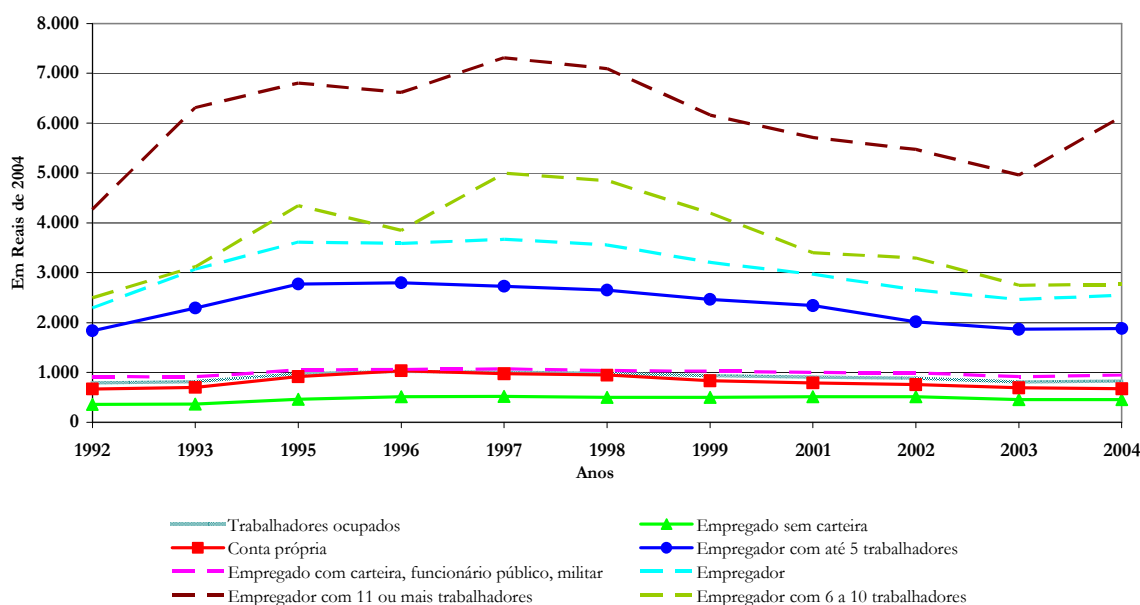
No que diz respeito às duas categorias que pertencem aos microempreendedores (trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco trabalhadores), tem-se que existem duas tendências distintas em relação à evolução da renda do trabalho principal no período sob análise na RMSP³: Os trabalhadores por conta própria experimentaram um ligeiro aumento de 7,4% (de R\$ 961/mês em 1992

³ As informações sobre renda foram calculadas em Reais de outubro de 2004.

para R\$ 1033/mês em 2004); ao passo que os empregadores com até cinco trabalhadores experimentaram uma perda de aproximadamente 4% (de R\$ 2309/mês em 1992 para R\$ 2220/mês em 2004) na renda proveniente do trabalho principal (Ver Gráfico 7).

Como revela o Gráfico 8, no caso da evolução da renda para o Brasil Metropolitano, tem-se uma estagnação da renda proveniente do trabalho principal para os trabalhadores conta-própria e um ligeiro crescimento de 2,4% da renda do trabalho principal no caso dos empregadores com até cinco trabalhadores (Ver Gráfico 8).

Gráfico 8: Renda real média do trabalho principal por posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais de idade) Brasil Metropolitano excluía a Região Metropolitana de São Paulo (1992-2004)



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000. 2 - Valores expressos em reais de outubro de 2004. 3 - Incluem os trabalhadores domésticos.

As Tabelas 3 e 4 apresentam a renda proveniente do trabalho principal por setor de atividade da RMSP e do Brasil Metropolitano para os anos de 1992 e 2004. Em 2004, os trabalhadores por conta própria recebiam – na RMSP – uma renda maior

nos serviços produtivos (R\$ 2248/mês), seguidos dos trabalhadores no setor saúde e educação (R\$ 1376/mês) e da indústria moderna (R\$ 1197/mês).

No caso da renda proveniente do trabalho principal dos empregadores com até cinco trabalhadores da RMSP, tem-se que, em 2004, as remunerações maiores se encontravam no setor saúde e educação (R\$ 4692/mês), seguidas das remunerações dos serviços produtivos (R\$ 3349/mês) e da indústria moderna (R\$ 2356/mês).

A evolução, entre 1992 e 2004, da renda proveniente do trabalho principal por setores de atividade na RMSP revela que justamente onde se encontram as remunerações mais elevadas (setor saúde e educação) produziram-se as maiores perdas para ambos os segmentos dos microempreendimentos. Por outro lado, os maiores ganhos se concentram nos serviços produtivos (Ver Tabela 3).

Quando se compara a renda proveniente do trabalho principal dos diversos setores de atividade na RMSP com o Brasil Metropolitano, ainda é possível perceber o legado do passado industrial da RMSP. Com efeito, no Brasil Metropolitano, em 2004, as melhores remunerações provêm também do setor saúde e educação e dos serviços produtivos para ambos os segmentos dos microempreendedores. Porém, no caso dos trabalhadores por conta própria, no terceiro lugar se encontram os serviços comunitários (R\$ 967/mês); e, no caso dos empregadores com até cinco trabalhadores, os serviços distributivos ocupam a terceira colocação no que diz respeito às remunerações (Ver Tabela 4).

Tabela 3: Renda real média do trabalho principal por setor de atividades segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) São Paulo metropolitanano - 1992/2004

	Administração pública		Construção civil		Serviços distributivos		Indústria moderna		Serviços pessoais		Serviços produtivos		Saúde e educação		Serviços comunitários		Indústria tradicional		Não especificado	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	1141	1456	779	693	957	924	1416	1234	604	624	1524	1521	1225	1231	693	833	923	750	947	-
Empregado com carteira, funcionário público, militar	1133	1522	1004	1057	850	842	1418	1244	662	719	1518	1216	1105	1212	908	1064	885	783	945	-
Empregado sem carteira	1220	1191	560	421	430	575	678	669	328	381	852	945	1045	927	461	487	429	504	379	-
Conta própria				670	1081	954	1197	1197	752	742	1589	2248	1844	1376	208	750	685	514	3380	-
Empregador com até 5 trabalhadores				1311	2383	2173	2099	2356	1915	1573	2809	3349	5341	4692		1500	1937	1581	1038	-

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

Tabela 4: Renda real média do trabalho principal por setor de atividades segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) Brasil metropolitanano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004

	Administração pública		Construção civil		Serviços distributivos		Indústria moderna		Serviços pessoais		Serviços produtivos		Saúde e educação		Serviços comunitários		Indústria tradicional		Não especificado	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	1276	1764	711	953	1299	1206	1176	1307	636	830	1577	1680	1056	1260	643	756	1010	818	907	-
Empregado com carteira, funcionário público, militar	1292	1892	665	766	714	667	1106	999	514	560	1346	1060	849	1065	843	819	676	633	788	-
Empregado sem carteira	1083	1071	342	402	426	464	502	633	243	301	606	730	566	648	377	368	392	398	284	-
Conta própria	400		499	489	672	582	658	815	456	502	1492	1537	1319	1129	389	967	471	380	540	-
Empregador com até 5 trabalhadores	3139		1179	1254	1932	1714	1420	1684	1362	1266	3083	3296	2668	3249	1261	1368	1832	1170	1401	-

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

1.3) Renda do Trabalho e Características Pessoais dos Microempreendedores na RMSP

Na presente seção se realiza uma descrição da relação entre o nível de renda proveniente do trabalho principal e três características pessoais dos dois segmentos que compõem os microempreendedores da RMSP (trabalhadores por conta própria e empregadores com até cinco trabalhadores). Estas três características são: idade, gênero e nível educacional.

1.3.1) Faixa etária

O presente estudo dividiu as informações sobre a renda do trabalho principal por posição na ocupação, em seis grupos etários:

- a) Entre 10 e 14 anos de idade,
- b) Entre 15 e 24 anos de idade,
- c) Entre 25 e 39 anos de idade,
- d) Entre 40 e 49 anos de idade,
- e) Entre 50 e 64 anos de idade, e
- f) 65 anos ou mais.

De acordo com a Tabela 5, em geral, do total de ocupados na RMSP, os trabalhadores com maiores rendimentos provenientes do trabalho, em 2004, são aqueles que se encontram na fase madura do ciclo produtivo. Em média, os ocupados na faixa etária entre 50 e 64 anos de idade perceberam uma renda mensal de R\$ 1277, seguidos dos ocupados entre 40 e 49 anos de idade (R\$ 1271). Este padrão é confirmado para os ocupados formais e os trabalhadores sem carteira.

No que diz respeito aos microempreendedores, é possível confirmar a mesma tendência de maiores rendimentos na fase madura dos trabalhadores (mais de 40

anos de idade), mas com padrões contrários entre as duas categorias em relação às subfaixas.

No caso dos trabalhadores por conta própria, em 2004, os maiores rendimentos se verificaram nas pessoas com 65 anos ou mais (R\$ 1339), seguidas das pessoas entre 50 e 64 anos de idade (R\$ 1136) e das pessoas entre 40 e 49 anos de idade (R\$ 1055). Por outro lado, no caso dos empregadores com até cinco trabalhadores, os maiores rendimentos se verificam nas pessoas entre 40 e 49 anos de idade (R\$ 2629); em segundo lugar, nas pessoas entre 50 e 64 anos de idade (R\$ 2104); e, em terceiro lugar, nas pessoas com 65 anos ou mais (R\$ 1884).

Tabela 5: Renda real média do trabalho principal por faixa etária segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) São Paulo metropolitano - 1992/2004

	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 49		50 a 64		65 e mais	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	132	94	565	523	1194	1028	1353	1271	1127	1277	719	1131
Empregado com carteira, funcionário público, militar	339	.	645	615	1275	1066	1430	1335	1178	1380	853	1144
Empregado sem carteira	168	139	343	392	624	605	621	778	522	781	509	595
Conta própria	381	107	629	598	1024	992	1044	1055	964	1136	644	1339
Empregador com até 5 trabalhadores	.	.	1870	1190	2341	2070	2318	2629	2370	2104	1754	1884

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

Quando se realiza a comparação entre 1992 e 2004, tem-se que – no caso dos trabalhadores por conta própria – nas três primeiras faixas etárias (entre 10 e 14 anos, entre 15 e 24 anos de idade e entre 25 e 39 anos de idade) verificou-se uma queda da renda do trabalho principal (Ver Tabela 5). O aumento mais significativo da renda do trabalho principal foi na faixa etária de 65 anos ou mais de idade (de R\$ 644 em 1992 para R\$ 1339 em 2004).

No caso dos empregadores com até cinco trabalhadores, os aumentos da renda verificaram-se nas faixas etárias entre 40 e 49 anos de idade (de R\$ 2318 em 1992 para R\$ 2629 em 2004) e 65 anos ou mais (de R\$ 1754 em 1992 para R\$ 1884 em 2004). Conforme revela a Tabela 5, a maior redução dos rendimentos nesta categoria foi na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade (de R\$ 1870 em 1992 para R\$ 1190 em 2004).

Finalmente, é importante ressaltar que a redução da renda proveniente do trabalho principal em todas as posições de ocupação na faixa etária entre 10 e 14 anos de idade não pode ser avaliada de forma negativa. Em verdade, durante a década dos 90, o mercado de trabalho para esta população tem-se reduzido na medida em que o acesso ao Ensino Fundamental praticamente é universal.

O quadro do Brasil Metropolitano sem a RMSP apresenta algumas diferenças. Em primeiro lugar, os empregadores com até cinco trabalhadores na faixa etária de 65 anos ou mais de idade apresenta os maiores rendimentos em 2004 (R\$ 2563), ao passo que na RMSP – nesta categoria – os maiores rendimentos eram obtidos na faixa etária entre 40 e 49 anos de idade (Ver Tabelas 5 e 6).

Tabela 6: Renda real média do trabalho principal por faixa etária segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais)
Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004

	10 a 14		15 a 24		25 a 39		40 a 49		50 a 64		65 e mais	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	90	64	405	449	1065	1045	1515	1460	1468	1912	1203	1652
Empregado com carteira, funcionário público, militar	312	287	498	497	931	885	1219	1200	1141	1357	1040	1372
Empregado sem carteira	109	107	257	300	448	483	510	595	416	617	389	554
Conta própria	134	73	417	330	707	654	748	753	756	778	467	660
Empregador com até 5 trabalhadores	.	.	949	1398	1734	1854	1937	1841	2132	1941	1911	2563

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

Em termos da comparação entre a evolução da renda proveniente do trabalho principal dos microempreendedores da RMSP e do Brasil Metropolitano excluindo a RMSP, o único fato que merece ser ressaltado é que a significativa redução da renda dos empregadores com até cinco trabalhadores entre 15 e 24 anos de idade da RMSP não se verifica nas outras regiões metropolitanas do país. Pelo contrário, a renda dos jovens empregadores entre 15 e 24 anos de idade no Brasil Metropolitano – segundo a Tabela 6 – tem aumentado de R\$ 949 em 1992 para R\$ 1398 em 2004.

1.3.2) Gênero

A Tabela 7 apresenta os rendimentos do trabalho principal de homens e mulheres por posição na ocupação para os anos de 1992 e 2004 na RMSP. Em primeiro lugar e, como esperado, os homens possuem rendimentos maiores do que as mulheres. No entanto, no caso dos homens – entre 1992 e 2004 – as únicas duas categorias que experimentaram uma redução na renda foram os trabalhadores formais e os empregadores com até cinco trabalhadores, ao passo que em todas as posições da ocupação as mulheres experimentaram um aumento da renda proveniente do trabalho.

**Tabela 7: Renda real média do trabalho principal por sexo segundo a posição na ocupação
(ocupados com 10 anos ou mais)
São Paulo metropolitano - 1992/2004**

	Homens		Mulheres	
	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	1234	1187	723	796
Empregado com carteira, funcionário público, militar	1288	1163	850	932
Empregado sem carteira	612	704	364	486
Conta própria	1078	1165	693	777
Empregador com até 5 trabalhadores	2448	2332	1768	1965

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

O fato de as mulheres terem experimentado um aumento da renda proveniente do trabalho em todas as categorias implicou uma diminuição dos diferenciais por gênero. Desta forma, em 2004, o menor diferencial se apresenta nos empregadores com até cinco trabalhadores onde as mulheres ganham – em média – 85% da renda dos homens. No caso dos trabalhadores por conta própria este diferencial é de 66%.

No caso do Brasil Metropolitano, tanto homens como mulheres experimentaram um aumento da renda do trabalho principal, entre 1992 e 2004, exceto as mulheres empregadoras com até cinco trabalhadores (Ver Tabela 8).

Tabela 8: Renda real média do trabalho principal por sexo segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004

	Homens		Mulheres	
	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	1255	1424	694	830
Empregado com carteira, funcionário público, militar	1012	1027	750	840
Empregado sem carteira	464	566	268	365
Conta própria	795	795	464	490
Empregador com até 5 trabalhadores	1888	2056	1699	1518

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

Em termos de diferenciais de renda por gênero, no Brasil Metropolitano excluindo a RMSP, também se verifica uma diminuição destes diferenciais, apesar de que em todas as categorias os diferenciais são maiores no Brasil Metropolitano do que na RMSP.

Desta forma, em 2004, no Brasil Metropolitano o menor diferencial se apresenta nos empregadores com até cinco trabalhadores onde as mulheres ganham – em média – 74% da renda dos homens. No caso dos trabalhadores por conta própria este diferencial é de 62%.

1.3.3) Educação

Segundo a Tabela 9, em todos os níveis educacionais e praticamente em todas as categorias ocupacionais houve uma redução da renda entre 1992 e 2004. As exceções são:

- a) Os trabalhadores sem carteira com 1º grau incompleto,
- b) Os trabalhadores por conta própria com superior incompleto ou mais, e,

- c) Os empregadores com até cinco trabalhadores com 2º grau incompleto e com superior incompleto ou mais.

Entre os microempreendedores as maiores reduções de renda se localizaram entre os trabalhadores por conta própria com segundo grau incompleto (de R\$ 1219 em 1992 para R\$ 680 em 2004) e os empregadores com até cinco trabalhadores com 1º grau completo (de R\$ 2450 em 1992 para R\$ 1362 em 2004). Ambos os casos com perdas de aproximadamente 50% no período sob análise.

**Tabela 9: Renda real média do trabalho principal por nível de escolaridade segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais)
São Paulo metropolitano - 1992/2004**

	1º grau incompleto		1º grau completo		2º grau incompleto		2º grau completo		Superior incompleto ou mais	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	646	551	857	663	846	579	1274	907	2541	2296
Empregado com carteira, funcionário público, militar	706	618	862	735	825	669	1217	873	2600	2088
Empregado sem carteira	336	381	521	471	527	366	869	566	1654	1565
Conta própria	723	577	980	690	1219	680	1382	1143	1931	2635
Empregador com até 5 trabalhadores	1795	1347	2450	1362	1681	1694	2067	1834	3151	3458

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

A evolução da renda por categorias para o Brasil Metropolitano é praticamente idêntica à evolução da renda para a RMSP (Ver Tabela 10). A única diferença se encontra no aumento da renda dos trabalhadores sem carteira com superior incompleto ou mais no Brasil Metropolitano.

**Tabela 10: Renda real média do trabalho principal por nível de escolaridade segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais)
Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004**

	1º grau incompleto		1º grau completo		2º grau incompleto		2º grau completo		Superior incompleto ou mais	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	526	527	893	706	1006	648	1319	1051	2754	2870
Empregado com carteira, funcionário público, militar	501	478	672	562	669	536	985	763	2104	2087
Empregado sem carteira	259	287	409	330	418	324	636	516	1181	1257
Conta própria	437	398	674	533	695	464	979	796	2068	1990
Empregador com até 5 trabalhadores	1329	1007	1535	1147	1649	1371	1832	1664	2753	3192

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

1.3.3.1) Nível Educacional dos Jovens entre 15 e 24 anos por Posição na Ocupação

Como observado nas subseções anteriores dedicadas à análise da renda do trabalho principal por faixas etárias e a análise do nível educacional, a situação educacional dos jovens microempreendedores pode se constituir em um fator determinante para uma política pública que vise melhorar a situação socioeconômica destes jovens.

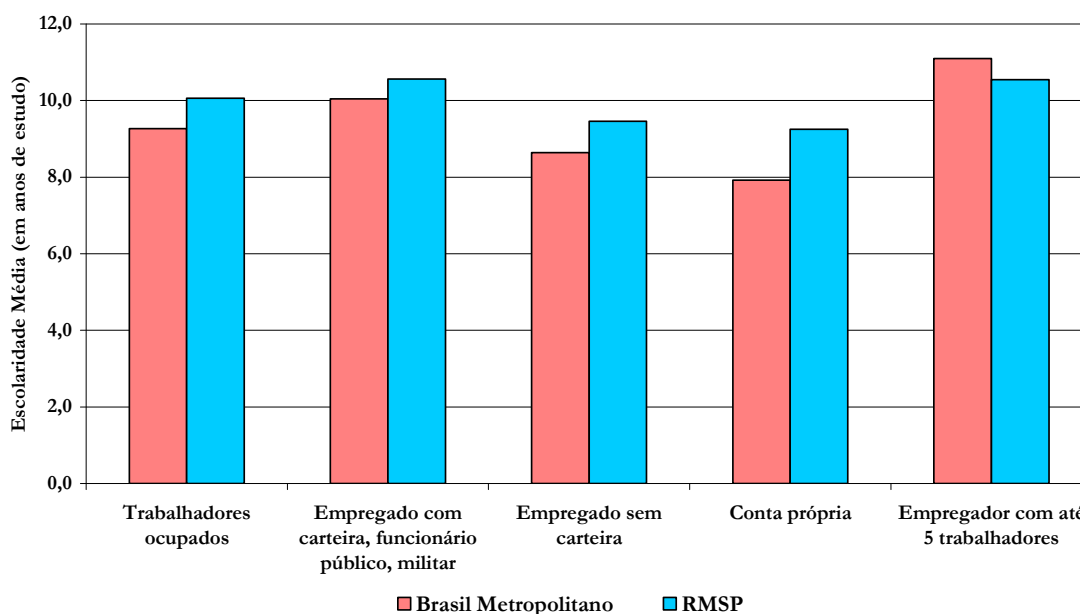
Quais são as condições sócio-educacionais dos jovens microempreendedores da RMSP quando comparadas não somente com o Brasil Metropolitano, mas também com as outras categorias ocupacionais que justifiquem a perda da posição relativa em termos de renda?

Os Gráficos 9 e 10 apresentam esta comparação, para 2004, em termos de dois indicadores selecionados: a escolaridade média (mensurada em número médio de anos de estudo) e a frequência escolar.

Da observação do Gráfico 9, verifica-se que, em 2004, os jovens trabalhadores (entre 15 e 24 anos de idade) por conta própria possuem – na RMSP – a menor

escolaridade quando comparada com as outras posições na ocupação (9,3 anos de estudo). No entanto, esta escolaridade é superior à escolaridade média dos jovens trabalhadores por conta própria do resto do Brasil Metropolitano.

Gráfico 9: Escolaridade média dos jovens de 15 a 24 anos ocupados segundo a posição na ocupação - Brasil metropolitano e Região Metropolitana de São Paulo - 2004



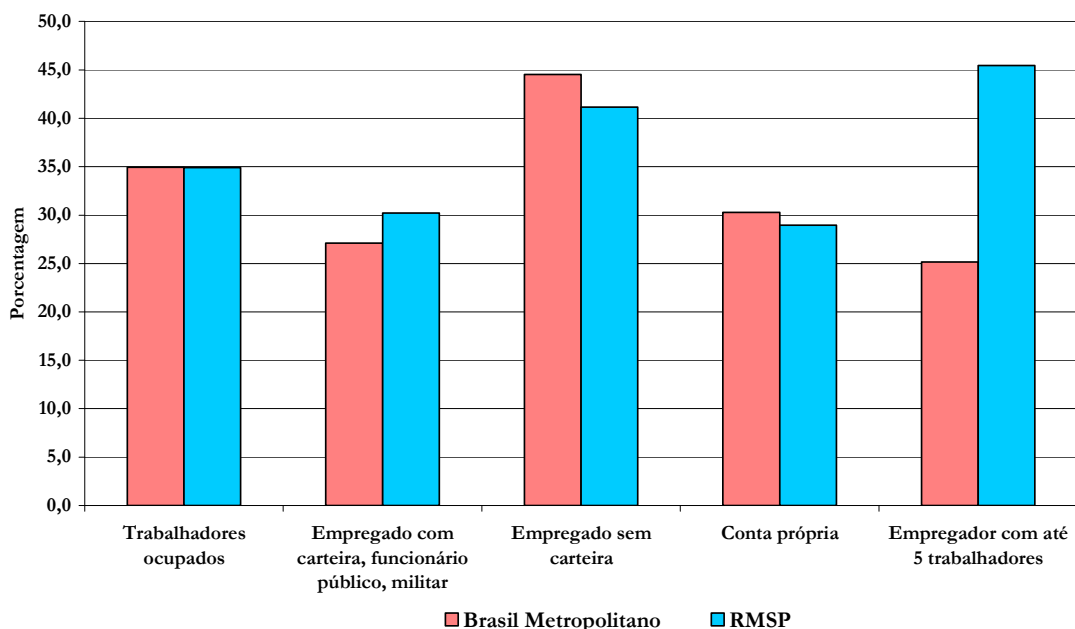
Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Por outro lado, a situação dos jovens empregadores com até cinco trabalhadores da RMSP é exatamente contrária à dos jovens trabalhadores por conta própria: encontram-se na parte superior quando comparados com as outras categorias dentro da RMSP com 10,5 anos de estudo (apenas inferior aos trabalhadores formais da RMSP com 10,6 anos de estudo), mas quando comparados com os jovens empregadores do Brasil Metropolitano encontram-se com menos anos de estudo, já que estes últimos possuem, em média, 11,1 anos de estudo (Ver Gráfico 9).

Finalmente, o segundo indicador selecionado é a porcentagem de jovens nesta faixa etária (15 a 24 anos de estudo) que frequenta algum nível educacional em

relação ao total de jovens por posição na ocupação. O Gráfico 10 apresenta os resultados.

Gráfico 10: Porcentagem de jovens de 15 a 24 anos ocupados que frequenta a escola segundo a posição na ocupação - Brasil metropolitano e Região Metropolitana de São Paulo - 2004



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Mais uma vez os jovens trabalhadores por conta própria encontram-se em uma posição desvantajosa quando comparados, tanto com as outras categorias no interior da RMSP quanto com os jovens trabalhadores por conta própria do Brasil Metropolitano.

Com efeito, apenas 29% do total de jovens trabalhadores por conta própria freqüentam algum nível do ciclo educacional, ao passo que no Brasil Metropolitano esta porcentagem para este mesmo segmento é de 30%.

Os jovens empregadores com até cinco trabalhadores da RMSP possuem a maior porcentagem de freqüência entre todas as categorias (45%). Por outro lado, também se encontram em melhor posição no que diz respeito aos jovens

empregadores do Brasil Metropolitano que possuem uma porcentagem de 25% (Ver Gráfico 10).

Um último comentário sobre os jovens empregadores do Brasil Metropolitano diz respeito a que estes possuem a pior taxa de freqüência quando comparados com as outras categorias do Brasil Metropolitano.

1.4) Geração de Renda, Pobreza e Desigualdade na RMSP

Na presente seção, realiza-se uma breve descrição sobre o nível de renda, a desigualdade na distribuição de renda e a pobreza dos microempreendedores na RMSP.

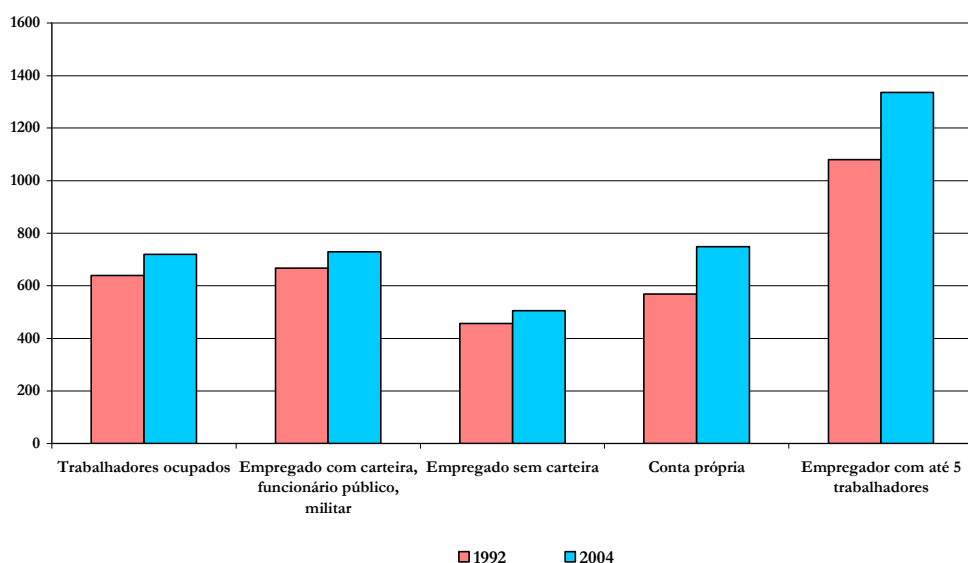
Para gerar os indicadores pertinentes a este tema, adotou-se o conceito de renda domiciliar que inclui as rendas de todos os membros do domicílio. Por outro lado, se incluem, além da renda proveniente do trabalho principal, as rendas dos outros trabalhos, a renda proveniente de outros ativos e a renda proveniente de transferências governamentais.

Segundo o Gráfico 11, pode-se verificar que – entre 1992 e 2004 – a renda domiciliar per capita na RMSP tem experimentado uma ligeira melhora para todas as categorias ocupacionais. Com efeito, em 1992, o total dos trabalhadores ocupados percebia em média uma renda domiciliar per capita de R\$ 639 ao passo que em 2004 este valor era de R\$ 720.⁴

Um fato que deve ser ressaltado consiste em que em 1992 os trabalhadores do setor formal possuíam uma renda domiciliar per capita (R\$ 667) superior aos trabalhadores por conta própria (R\$ 569). Porém estas posições foram revertidas em 2004, sendo que a renda domiciliar per capita dos trabalhadores do setor formal é de R\$ 729 e dos trabalhadores por conta própria de R\$ 750 (Ver Gráfico 11).

⁴ Mais uma vez deve-se lembrar que todos os valores monetários são expressos em R\$ de outubro de 2004.

Gráfico 11: Evolução da renda domiciliar per capita segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) - São Paulo metropolitano - 1992/2004



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).
Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

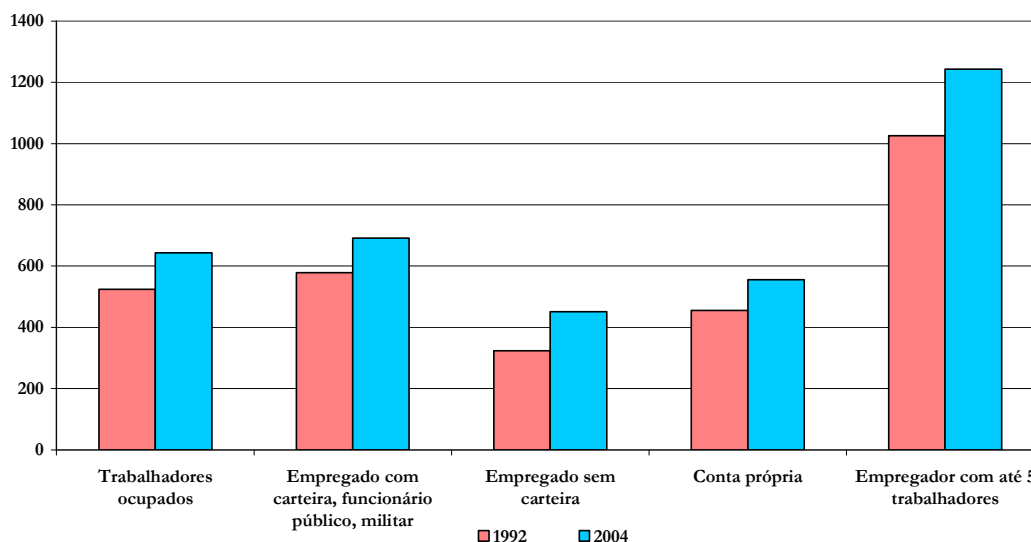
Em termos da taxa de crescimento da renda domiciliar per capita, os trabalhadores por conta própria da RMSP obtiveram a segunda maior taxa (32%) não somente na RMSP, mas também no Brasil Metropolitano, superada apenas pela taxa de crescimento da renda domiciliar per capita dos trabalhadores sem carteira da RMSP (40%). Por outro lado, os trabalhadores formais da RMSP possuem a taxa de crescimento mais baixa (9%).

A melhora da posição dos trabalhadores por conta própria na RMSP – em relação aos trabalhadores do setor formal – não se verifica no Brasil Metropolitano excluída a RMSP. No Brasil Metropolitano (Ver Gráfico 12), apesar de se confirmar o crescimento da renda domiciliar per capita para todas as categorias, a estrutura se mantém idêntica tanto em 1992 quanto em 2004.

No caso dos empregadores com até cinco trabalhadores da RMSP, tem-se que a renda domiciliar per capita aumentou em 24% (de R\$ 1080 em 1992 para R\$ 1336

em 2004), ao passo que para esta categoria no Brasil Metropolitano o aumento foi de 21% (de R\$ 1080 em 1992 para R\$ 1336 em 2004).

Gráfico 12: Evolução da renda domiciliar per capita segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) - Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004



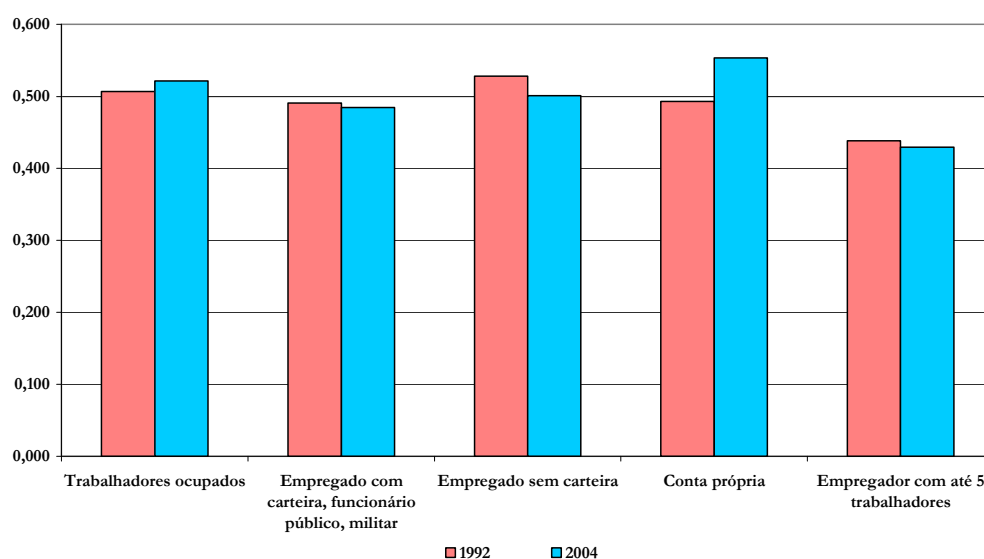
Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).
Notas: 1 - Valores expressos em reais de outubro de 2004.

A análise da renda domiciliar per capita deve ser complementada com a revisão da evolução da desigualdade na distribuição de renda. Os Gráficos 13 e 14 apresentam a evolução do Coeficiente de Gini para todas as categorias, tanto na RMSP quanto no Brasil Metropolitano.

Praticamente todas as categorias experimentaram uma ligeira redução do grau de desigualdade, com exceção dos trabalhadores por conta própria onde o coeficiente aumentou de 0,49 para 0,55 entre 1992 e 2004. Em 1992, este setor apresentava a segunda menor desigualdade entre todas as categorias (exceto os empregadores com até cinco trabalhadores). Porém em 2004, os trabalhadores por conta própria apresentam o maior grau de desigualdade na RMSP (Ver Gráfico 13).

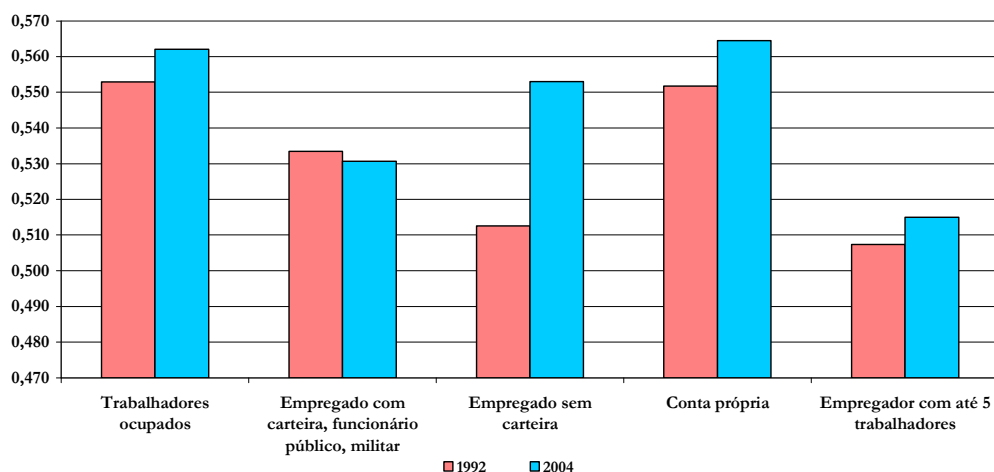
A redução da desigualdade – mensurada pelo Coeficiente de Gini – em praticamente todas as posições da ocupação na RMSP é uma peculiaridade desta região, pois o Brasil Metropolitano, excluída a RMSP, experimentou um aumento da desigualdade em todas as ocupações exceto os trabalhadores formais (Ver Gráfico 14). O caso mais severo de aumento da desigualdade no Brasil Metropolitano, no período 1992-2004, é o dos trabalhadores sem carteira.

Gráfico 13: Evolução do coeficiente de Gini segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) - São Paulo metropolitano - 1992/2004



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Gráfico 14: Evolução do coeficiente de Gini segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) - Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004



Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

As Tabelas 11 e 12 apresentam a distribuição relativa das pessoas ocupadas por posição na ocupação para os anos de 1992 e 2004. Esta distribuição obedece aos seguintes critérios:

- a) extremamente pobres (linha de extrema pobreza de R\$ 88,96 para a RMSP e de R\$ 84 para o Brasil Metropolitano excluída a RMSP),
- b) pobres (linha de pobreza de R\$ 177,92 para a RMSP e de R\$ 168 para o Brasil Metropolitano excluída a RMSP),
- c) classe baixa (não pobres com renda domiciliar per capita até a mediana),
- d) classe média (não pobres com renda domiciliar per capita maior que a mediana e até o terceiro quartil), e,
- e) classe alta (não pobres com renda domiciliar per capita acima do terceiro quartil).

A Tabela 11 revela que o total de ocupados na RMSP experimentou uma redução da extrema pobreza entre 1992 e 2004 (de 4,2% para 3,2%), ao passo que a porcentagem de pobres aumentou ligeiramente de 12,5%, para 12,9%. Outra

tendência importante é a aumento da porcentagem da classe baixa de 19,3% para 23%.

O aumento da pobreza entre o total de ocupados na RMSP deve-se exclusivamente ao aumento da porcentagem de pobres entre os trabalhadores por conta própria (de 13,5% em 1992 para 14,7% em 2004). Em todas as outras posições da ocupação, a porcentagem de pobres diminuiu com significativos avanços para os empregadores com até cinco trabalhadores (Ver Tabela 11). Este último segmento também foi o único que apresentou uma redução da porcentagem de pessoas na classe baixa (de 7,3% em 1992 para 6,8% em 2004). Em síntese, no período 1992-2004, entre os trabalhadores por conta própria da RMSP verifica-se uma tendência de concentração nos pobres e na classe baixa e um processo de esvaziamento dos extremos (extremamente pobres e classe alta) e da classe média.

Por outro lado, os empregadores com até 5 trabalhadores experimentaram um esvaziamento de todas as categorias inferiores (extremamente pobres, pobres e classe baixa) e um aumento da porcentagem de pessoas nas classes média e alta.

Tabela 11: Distribuição dos ocupados por condição de pobreza segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) - São Paulo metropolitano - 1992/2004

	Condição de pobreza (%)									
	Extremamente pobre ¹		Pobre ²		Classe baixa ³		Classe média ⁴		Classe alta ⁵	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	4,2	3,2	12,5	12,9	19,3	23,0	29,8	29,8	34,1	31,1
Empregado com carteira, funcionário público, militar	2,7	1,5	10,9	9,9	18,9	22,7	31,4	33,5	36,1	32,5
Empregado sem carteira	8,1	5,8	20,6	20,0	25,6	27,3	25,8	26,3	19,9	20,6
Conta própria	6,4	5,1	13,5	14,7	18,7	22,3	28,7	25,7	32,6	32,2
Empregador com até 5 trabalhadores	0,5	0,0	3,7	0,9	7,3	6,8	22,9	24,4	65,6	67,9

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas:

- 1- Linha de Extrema Pobreza R\$ 88,96 (em Reais de outubro de 2004)
- 2- Linha de Pobreza R\$ 177,92 (em Reais de outubro de 2004)
- 3- Não pobres com renda per capita até a mediana.
- 4- Não pobres com renda per capita maior que a mediana e até o terceiro quartil.
- 5- Não pobres com renda acima do terceiro quartil.

As diferenças que merecem ser ressaltadas quando se compara a RMSP com o Brasil Metropolitano são basicamente duas. Em primeiro lugar, a porcentagem de trabalhadores extremamente pobres (de 11,1% para 9,5%) e de pobres (20,5% para 17,7%) no Brasil Metropolitano diminuiu entre 1992 e 2004. De fato esta redução significou um aumento da porcentagem de pessoas na classe baixa e, curiosamente, um aumento da porcentagem de pessoas da classe alta, sendo que a porcentagem de pessoas na classe média permaneceu praticamente estável (Ver Tabela 12). Deve-se lembrar que na RMSP o padrão mostrou um aumento da porcentagem de pobres e da classe baixa.

Em segundo lugar, o padrão descrito no parágrafo anterior para os trabalhadores por conta própria é idêntico para os empregadores com até cinco trabalhadores no Brasil Metropolitano: diminuição das porcentagens de extremamente pobres, pobres e classe média e aumento das porcentagens correspondentes à classe baixa e à classe alta. Na RMSP, os empregadores com até cinco trabalhadores têm melhorado a sua posição na medida em que diminuiu a porcentagem de

extremamente pobres, pobres e classe baixa e aumentou a porcentagem de classe média e classe alta (Ver Tabela 12).

Tabela 12: Distribuição dos ocupados por condição de pobreza segundo a posição na ocupação (ocupados com 10 anos ou mais) - Brasil metropolitano excluída a Região Metropolitana de São Paulo - 1992/2004

	Condição de pobreza (%)									
	Extremamente pobre ¹		Pobre ²		Classe baixa ³		Classe média ⁴		Classe alta ⁵	
	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004	1992	2004
Trabalhadores ocupados	8,5	5,9	18,5	15,5	23,4	27,6	25,4	25,8	24,3	25,2
Empregado com carteira, funcionário público, militar	5,5	2,6	15,7	12,4	23,0	27,8	27,6	29,1	28,2	28,1
Empregado sem carteira	15,1	10,1	26,4	22,6	26,1	30,7	21,1	20,6	11,3	16,0
Conta própria	11,1	9,5	20,5	17,7	24,0	27,1	24,2	24,1	20,2	21,6
Empregador com até 5 trabalhadores	1,3	1,2	4,0	3,6	12,7	13,7	27,4	25,8	54,6	55,6

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas:

- 1- Linha de Extrema Pobreza R\$ 84 (em Reais de outubro de 2004)
- 2- Linha de Pobreza R\$ 168 (em Reais de outubro de 2004)
- 3- Não pobres com renda per capita até a mediana.
- 4- Não pobres com renda per capita maior que a mediana e até o terceiro quartil.
- 5- Não pobres com renda acima do terceiro quartil.

Parte 2 - Caracterização dos microempreendimentos da Região Metropolitana de São Paulo

Esta parte do estudo tem como objetivo analisar uma série de características sobre os microempreendimentos da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a partir da pesquisa da Economia Informal Urbana (Ecinf) do IBGE. Ela se divide em oito partes: dados gerais da unidade econômica, constituição jurídica, associação, desempenho dos negócios, características dos proprietários, características da mão-de-obra ocupada, serviços de desenvolvimento empresarial e serviços financeiros.

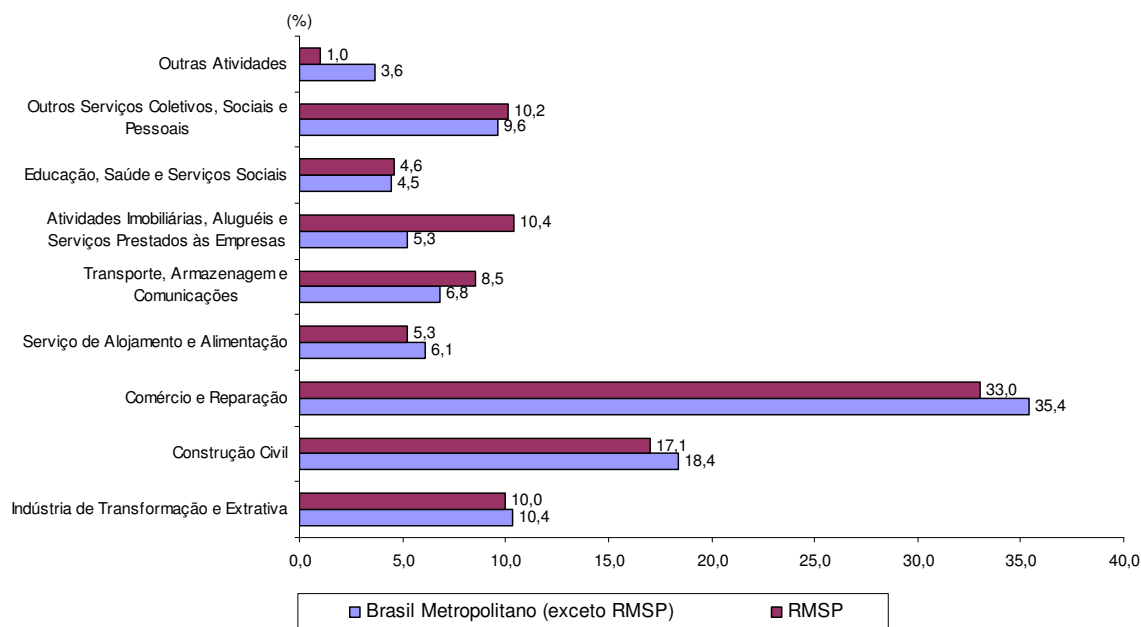
2.1) Dados Gerais da Unidade Econômica

Os pequenos negócios no Brasil são importantes fontes geradoras de trabalho e renda e é através deles que grande parte dos indivíduos pobres assegura o sustento de suas famílias. A principal pesquisa que aborda esse grupo no Brasil é a Ecinf do IBGE, recentemente divulgada com dados de 2003. No Brasil existem 10.335.962 microempreendimentos, sendo que 87% são negócios de trabalhadores por conta própria. Na Região Metropolitana de São Paulo totalizam 1.207.324 microempreendimentos.⁵

Os pequenos negócios são, principalmente, atividades voltadas para o comércio (um terço dos microempreendimentos na RMSP e 35,4% na média do Brasil Metropolitano sem São Paulo). O segundo setor mais significativo é o da construção civil. A maior diferença entre a RMSP e o resto do Brasil Metropolitano está no peso das atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas, que é quase o dobro na primeira.

⁵ A definição de microempreendimento utilizada neste artigo segue a da Ecinf que considera todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Microempreendimentos segundo o setor de atividade



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

A grande maioria dos microempreendedores da RMSP (67%) exerce suas atividades fora do domicílio em que reside. Nota-se, entretanto, que cerca de 1/4 desses negócios funciona na própria casa do dono. Do contrário, os principais locais de funcionamento dos negócios são lojas, oficinas e escritórios (32% dos negócios) ou o domicílio do cliente (43%). O caráter familiar dessas atividades, embora não seja predominante, ainda é bastante acentuado.

A imensa maioria dos microempreendedores trabalha sozinho. Apenas 8,4% têm sócio. O percentual de negócios que ocupa outra pessoa além do dono do negócio é de menos de 20%, sendo que 11% têm somente duas pessoas trabalhando (incluindo o dono).

Não existe grande sazonalidade das atividades microempreendedoras. Cerca de 87% dos negócios funcionam todos os meses do ano, em média 5,4 dias na semana. A carga horária média dos microempreendedores é de 44 horas

semanais, ou seja, equivalente à jornada oficial de trabalho.

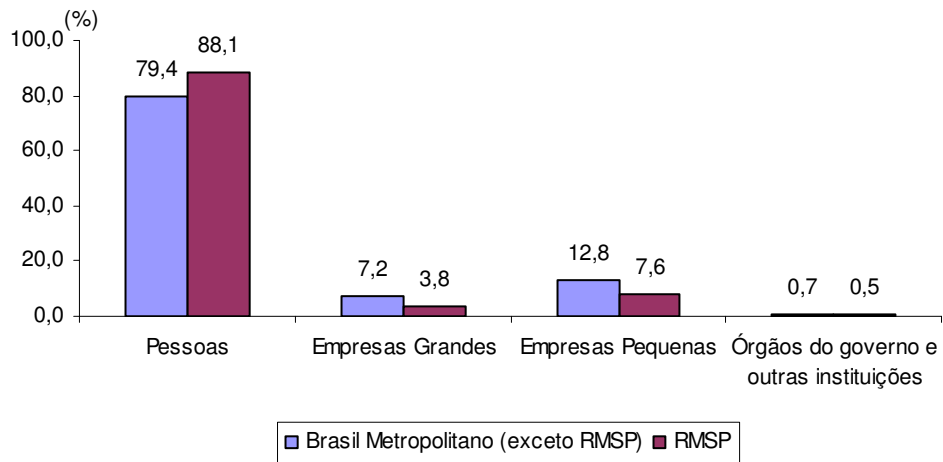
A presença do setor de serviços é perceptível pelo percentual de microempreendimentos cujos donos não utilizam equipamentos ou instalações (24%). Cerca de 10% utilizam equipamentos/instalações alugados ou cedidos, mas a grande maioria (66%) tem os seus próprios, adquiridos, principalmente, através da compra de pequenas empresas. Assim como os equipamentos e instalações, a principal fonte de matérias-primas dos microempreendimentos são as pequenas empresas.

A capacidade limitada de geração de recursos pode ser vista através do baixo investimento no setor. Somente 19% dos microempreendimentos fizeram algum tipo de investimento ou aquisição no ano anterior ao da pesquisa. Os investimentos mais freqüentes são em ferramentas, utensílios de trabalho, móveis e equipamentos. O lucro de exercícios anteriores foi a principal fonte de recursos dos investimentos. Os empréstimos bancários são responsáveis apenas por 5% dos investimentos realizados, menos relevantes do que outros tipos de empréstimos (6,7%).

A clientela dos microempreendimentos é variada sendo constituída, basicamente, de pessoas. São elas a grande maioria dos clientes dos microempreendimentos tanto em São Paulo (88,1%) quanto nas outras regiões metropolitanas (79,4%). Entretanto, em São Paulo percebe-se um percentual considerável da clientela composta de empresas pequenas (12,8%), mais representativo que nas outras áreas. Uma parte pequena tem como clientela empresas grandes (7,2% na RMSP). A maioria dos clientes é do mesmo bairro de localização dos negócios.

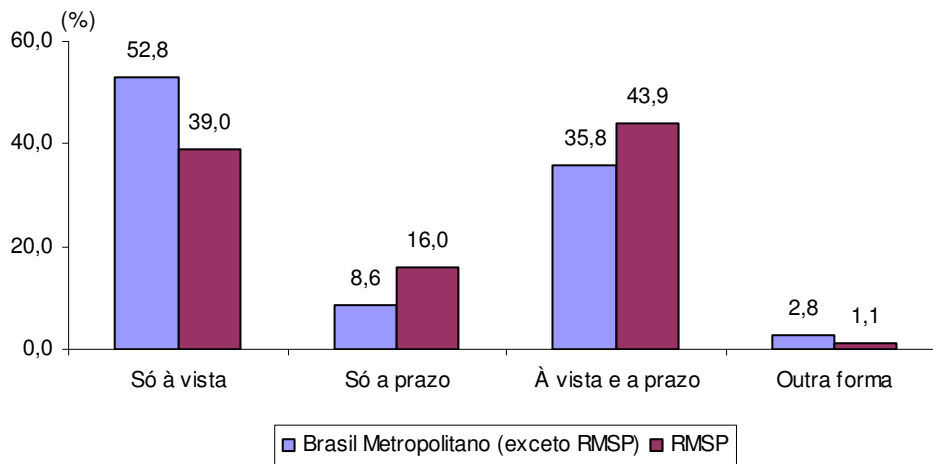
Quanto às formas de venda, 44% dos empreendimentos de São Paulo vendem à vista e a prazo. Já nas outras regiões metropolitanas a forma predominante de venda é à vista (52,8%).

Microemprendimentos segundo a clientela para os seus produtos e serviços



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

Microemprendimentos segundo a forma de venda dos produtos e serviços



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

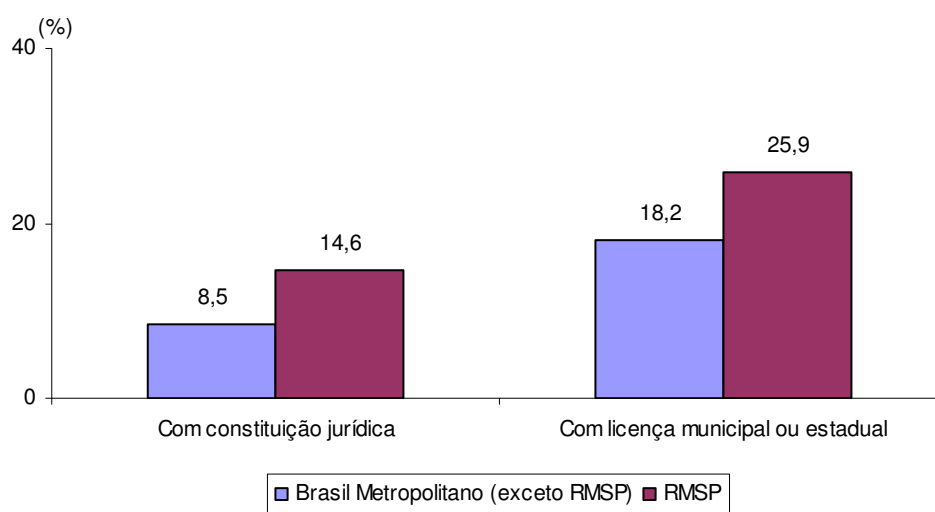
2.2) A Constituição Jurídica

A formalização é um dos entraves ao desenvolvimento dos microemprendimentos. Cerca de 14,6% dos microemprendimentos na Região Metropolitana de São Paulo têm constituição jurídica. Esse percentual, embora bastante superior à média das regiões metropolitanas (8,5%), é muito baixo e impõe ao setor uma série de limitações de acesso ao crédito e de comercialização

com o segmento formal da economia. Entre as formas jurídicas existentes, a mais representativa é a sociedade por quotas de responsabilidade Ltda, seguida da firma individual.

Outra forma de representação dos direitos de propriedade é ter licença municipal ou estadual (incluem-se alvarás, licença de localização, registros como autônomos, etc.). Do total de unidades econômicas na RMSP, apenas um quarto declara possuir algum tipo de licença que permita seu funcionamento.

Microempreendimentos segundo a formalização das atividades



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

A maioria dos microempreendedores da RMSP (58,9) não chega nem a tentar regularizar o negócio. Dentre os que tentam regularizar, as principais dificuldades são a grande burocracia envolvida (56,9%) e o alto custo para registrar o negócio (31,6%).

Esses resultados apontam, por um lado, para o baixo desenvolvimento dessas atividades em que a formalização ainda não se fez necessária e, por outro, para a necessidade de desoneração e simplificação da burocracia. O fornecimento de informação sobre os trâmites burocráticos também pode auxiliar a formalização dos negócios.

O Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) foi uma tentativa de desoneração e simplificação dos trâmites burocráticos para as microempresas. Entretanto, o sistema não corresponde às necessidades dos empreendimentos menos estruturados já que os custos ainda são altos e a burocracia também. O recente projeto de lei da “pré-empresa” – que tem como objetivo instituir regime tributário, previdenciário e trabalhista especial à microempresa com receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 – pode surtir efeitos para a formalização e o desenvolvimento de grande parcela dos pequenos negócios no Brasil.

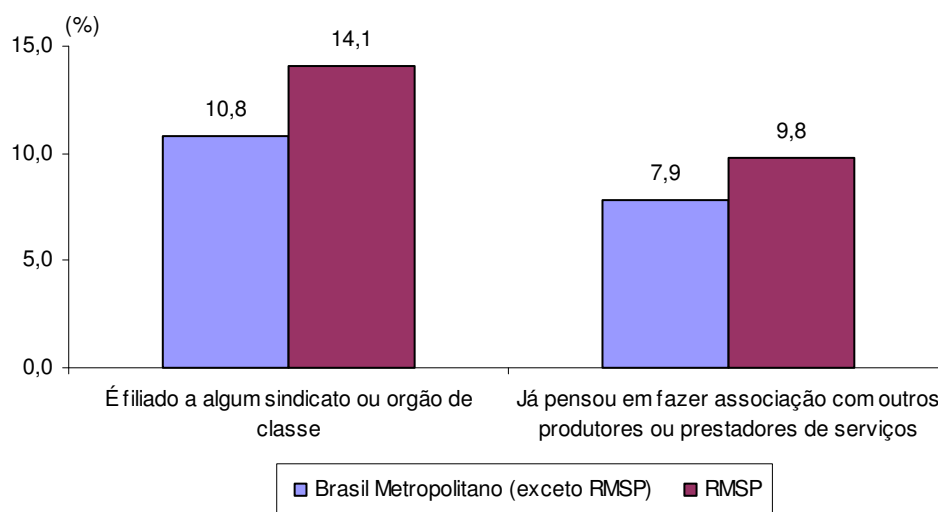
2.3) Associação

Os microempreendimentos dificilmente superam suas limitações de forma isolada. A teoria e algumas experiências, principalmente internacionais, mostram que a associação traz ganhos aos empreendedores por razões econômicas e políticas. A idéia é que vantagens da produção em grande escala, ou pelo menos parte delas, podem também ser obtidas por grandes quantidades de empresas de pequeno porte concentradas num dado território. Através da associação, os microempresários podem trocar informações, negociar com fornecedores e reduzir custos. O conhecimento e a inovação podem ser difundidos através de laços entre os microempreendedores permitindo o dinamismo das suas atividades.

A formação de redes de microempreendedores tem também justificativas políticas. O isolamento dos microempreendimentos e trabalhadores por conta própria faz com que eles tenham pouca, ou nenhuma, representatividade e baixo poder de barganha perante a sociedade. A fraqueza deste grupo é agravada no Brasil, onde predomina a tendência clientelista de se “proteger” determinados grupos, como os empregados formalmente, que são mais organizados e têm maior poder de barganha.

Apenas 10,8% dos microempreendedores das regiões metropolitanas brasileiras (exceto RMSP) são filiados a algum sindicato ou órgão de classe. Pelos dados da Ecnf/IBGE, as vantagens da associação não estão claras para os microempreendedores. Dos que não são filiados a algum sindicato ou órgão de classe, apenas 9,8% já pensou em fazer associações ou cooperativas com outros produtores ou prestadores de serviços na RMSP. O principal motivo que levou a filiar-se ou pensar em filiar-se a sindicatos, associações ou cooperativas foi a obrigação, ou seja, o fato de ser uma exigência legal para exercer a profissão. Em São Paulo, esse percentual é mais alto: 14,1%. Vale destacar, entretanto, a dificuldade dessa pesquisa captar informações sobre associativismo que pode ocorrer de maneira informal.

Microempreendimentos segundo indicadores de associação

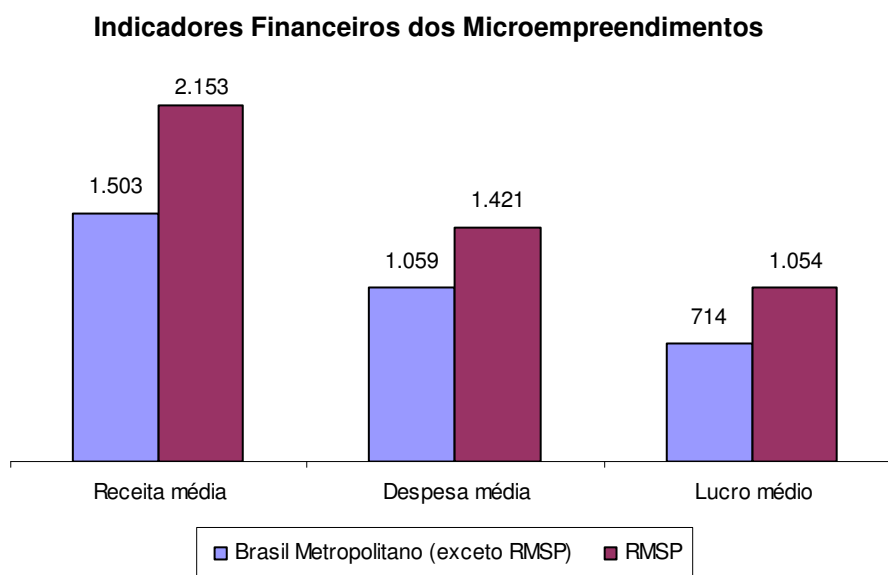


Fonte: Ecnf/IBGE, 2003.

É possível, entretanto, identificar alguns laços entre as microempresas. Os maiores fornecedores de matérias-primas e equipamentos para os microempreendimentos são pequenas empresas. Existe uma interação entre as empresas de menor porte que deve ser estimulada por ações que busquem o desenvolvimento do território.

2.4) Desempenho dos negócios

O desempenho econômico dos microemprendimentos é um tema pouco explorado. Em cerca de 41,7% dos negócios houve redução da atividade econômica e em 38,1% o negócio permaneceu igual.



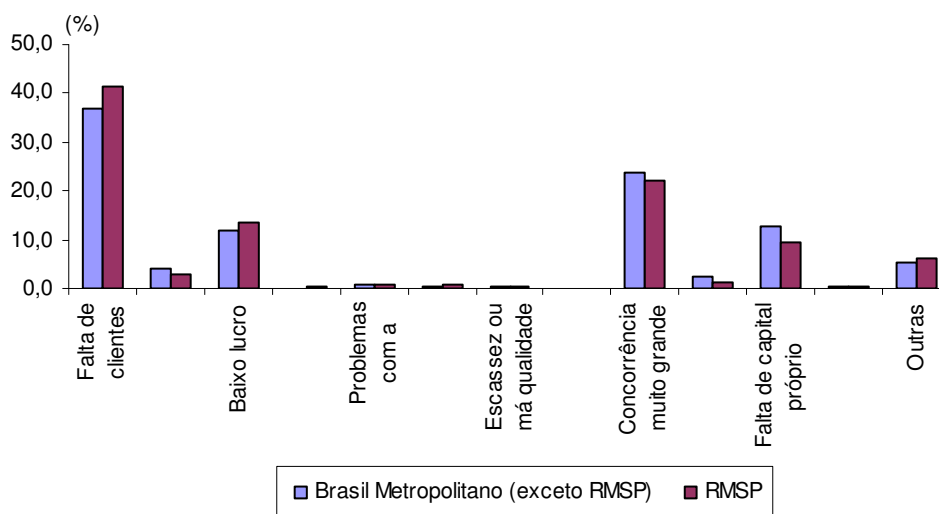
Fonte: Ecnf/IBGE, 2003.

A receita gerada pelos negócios da RMSP é de cerca de 2.153 reais mensais, 43% superior à média das demais regiões metropolitanas. Já a despesa é de 1.421 reais, 34% acima das demais áreas. O gasto dos microemprendimentos é composto principalmente de: mercadorias para revenda (32,9%) – evidenciando a importância do capital de giro para essas atividades –, matéria-prima (13%) e mão-de-obra (11,5%). O lucro médio dos microemprendimentos é de 1.054 reais.

O desempenho econômico está associado a uma série de limitações e dificuldades enfrentadas pelos empreendedores na condução do seu negócio. Apenas 16,3% não apresentam dificuldades na condução do negócio. Entre os demais, a falta de clientes é a principal dificuldade identificada por 41,4% dos empreendedores. A segunda dificuldade mais citada – extremamente ligada à primeira – é o problema da concorrência acirrada (22,1%). O baixo lucro vem em

seguida evidenciado como principal problema de 13,6% dos microemprendimentos. A falta de capital próprio é citada por 9,3% dos empreendedores, mas apenas 2,9% citam a falta de crédito como principal problema.

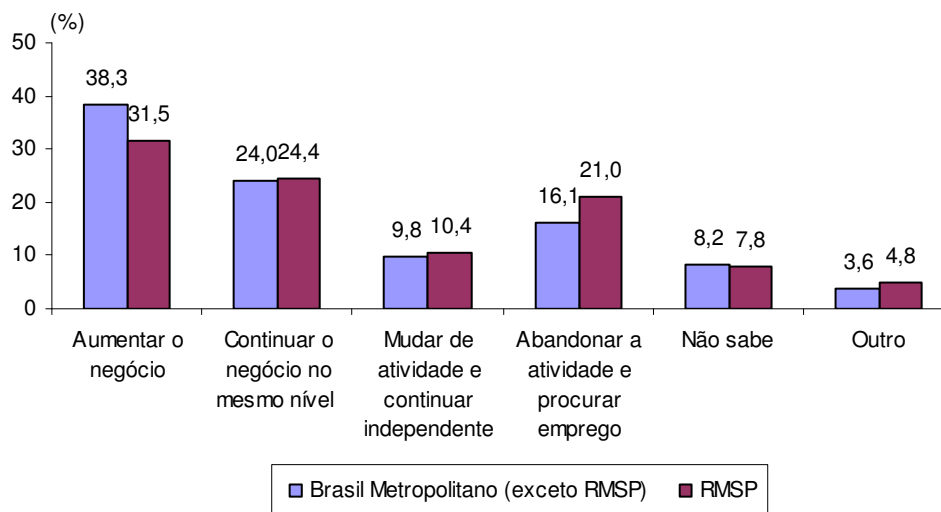
Principais dificuldades enfrentadas pelos Microemprendimentos



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas e do baixo desempenho dos microemprendimentos, os empreendedores se declaram otimistas com relação ao futuro dos seus negócios. Na Região Metropolitana de São Paulo, 31,5% dos empreendedores desejam expandir os seus negócios e 24,4% têm a intenção de pelo menos mantê-los no mesmo nível. Vale destacar que isto pode estar refletindo também a falta de perspectiva no mercado de trabalho, tendo em vista os altos índices de desemprego e o fato de serem pessoas, em geral, mais velhas quando as oportunidades de emprego são ainda mais difíceis.

Expectativas quanto ao futuro dos Microempreendimentos



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

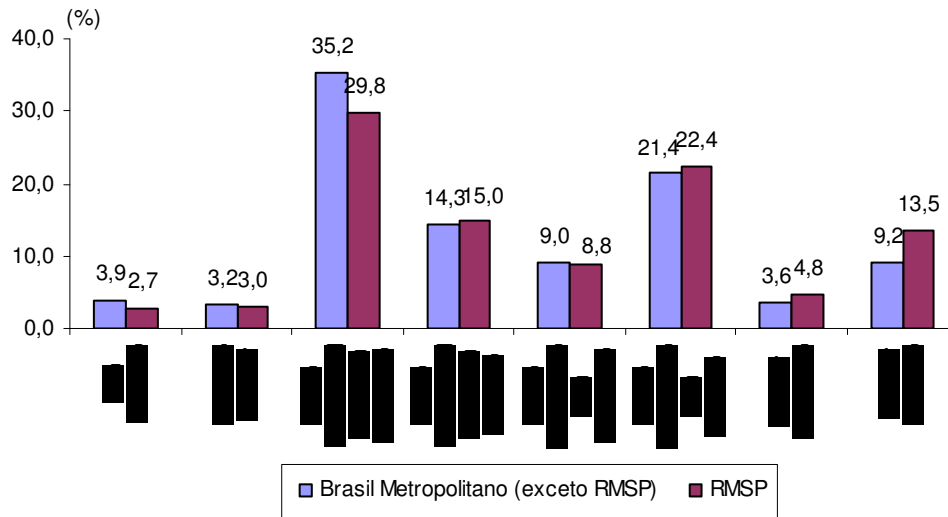
Deve-se destacar, entretanto, que os microempreendedores da RMSP são relativamente menos otimistas que os das demais regiões metropolitanas. Cerca de 21,0% declaram ter a intenção de abandonar a atividade e buscar um emprego evidenciando uma forte característica da São Paulo de um imaginário voltado ao mercado formal de trabalho.

2.5) Características dos proprietários

Os proprietários são figuras-chave nos microempreendimentos. O negócio depende muito, quando não exclusivamente, deles. Essa seção busca analisar as características pessoais e produtivas dos microempreendedores, bem como suas motivações para a atividade desenvolvida.

Os microempreendedores da RMSP se dividem em 66,1% de homens e 33,9% de mulheres. Os brancos constituem 48,7% dos microempreendedores, e pretos e pardos, 50%. A escolaridade dos microempreendedores da RMSP é mais alta do que a média das outras regiões metropolitanas. Há, entretanto, um alto percentual que não completou o primeiro grau, como podemos observar no gráfico.

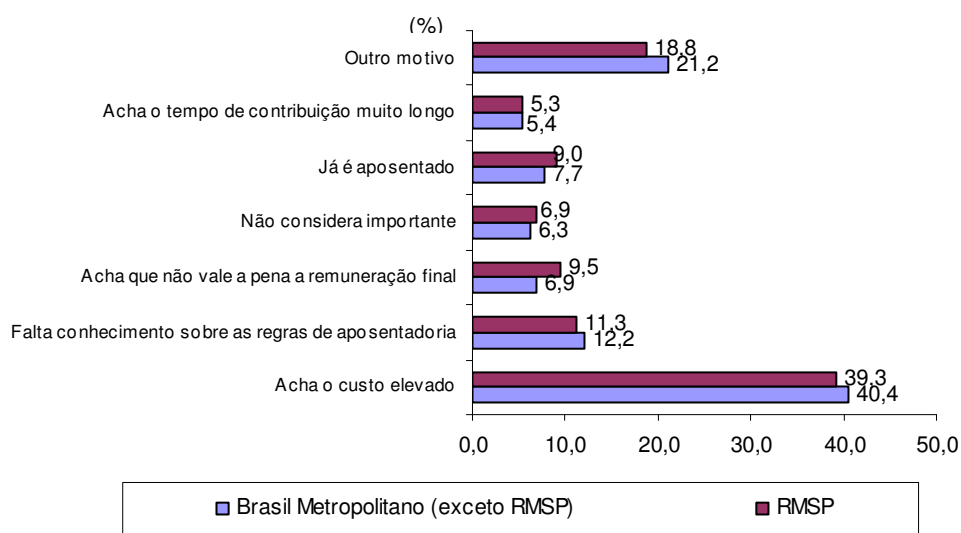
Microempreendedores segundo o nível de instrução



Fonte: Ecnf/IBGE, 2003.

A precariedade das atividades fica visível pela baixa contribuição para a previdência. Apenas 27% dos microempreendedores da RMSP contribuem para o instituto de previdência pública, percentual mais alto que a média das outras regiões metropolitanas (22,5%). Os motivos da não contribuição variam muito, sendo mais representativo o custo elevado (39,3% dos microempreendedores da RMSP que não contribuem). A previdência privada atinge um percentual ínfimo: 5,4% na RMSP e 4,5% nas demais.

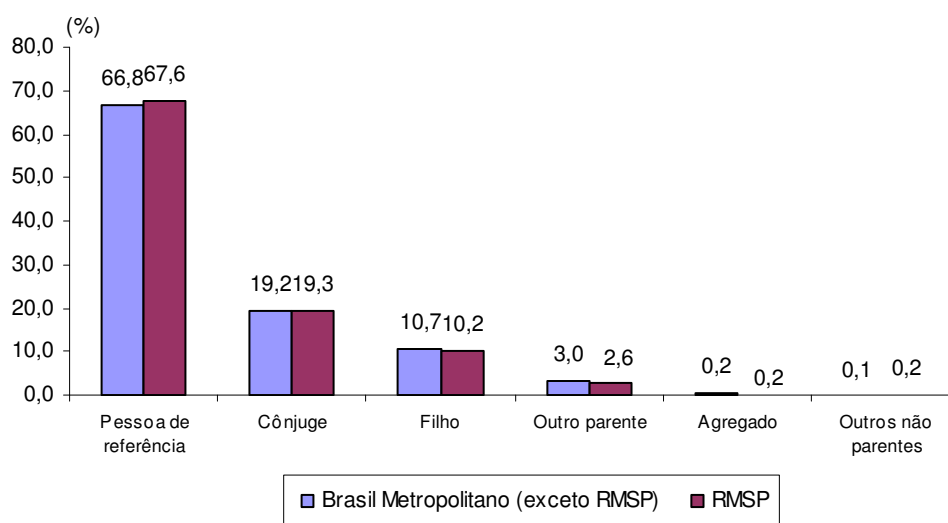
Microempreendedores segundo o motivo para não contribuir para a Previdência Pública



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

A importância dessas atividades é acentuada pelo grande percentual de microempreendedores que são chefes do domicílio (67,6% na RMSP), ou seja, a principal fonte de sustento da família. Sabe-se também que é alta a concentração nas famílias pobres. A renda domiciliar per capita média das famílias dos microempreendedores é de 578 reais.

Microempreendedores segundo a posição na família



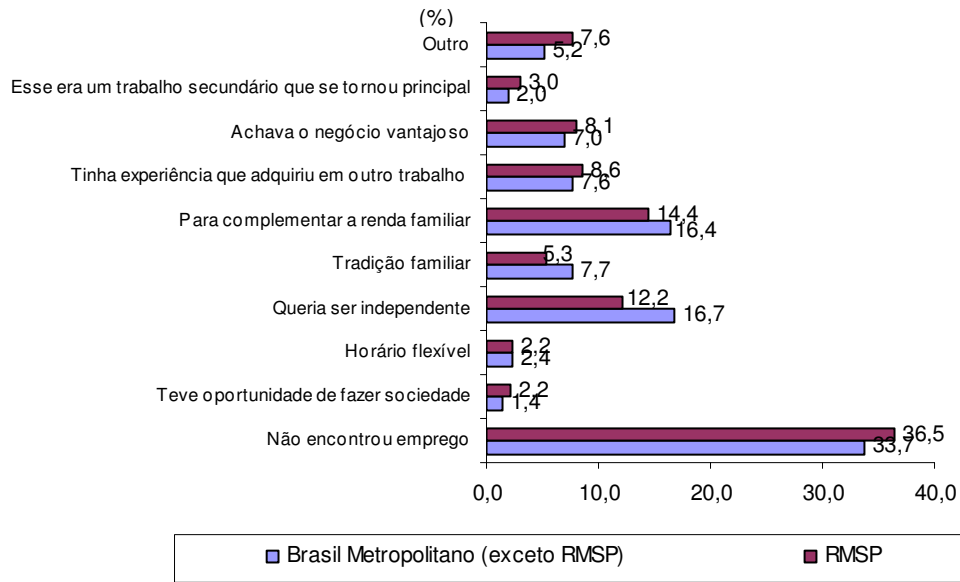
Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

Ter o seu próprio negócio não parece ser uma situação transitória. O tempo médio que os microempreendedores levam até se tornarem proprietários é de 9 anos. A maioria deles era empregado antes de iniciar o negócio (77,5% na RMSP), sendo que a maior parte tinha carteira de trabalho assinada (67,7%).

São vários os motivos que levaram os proprietários a iniciarem os negócios. O mais freqüente, entretanto, é o fato de não ter encontrado emprego, resposta de cerca de 36,5% dos microempresários. O segundo motivo mais relevante para os proprietários de negócios na RMSP é a necessidade de complementação da renda familiar (14,4%). Pode-se afirmar então que a precariedade do mercado de trabalho foi a motivação de metade dos proprietários de microempreendimentos.

A independência (12,2%), menos freqüente que para a média das outras regiões, aparece como terceiro motivo. Além da busca pela independência, outros pontos positivos com relação aos microempreendimentos apareceram, porém, com representatividade muito baixa: negócio vantajoso (8%) e flexibilidade de horário (2,2%). Vale ressaltar ainda a experiência no ramo do negócio (8,6%) e a tradição familiar (5,3%) que também apareceram como motivação e são indicadores importantes na condução dos negócios tendo em vista que representam conhecimento acumulado na área de atuação.

Microempreendedores segundo o motivo pelo qual iniciou o negócio



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

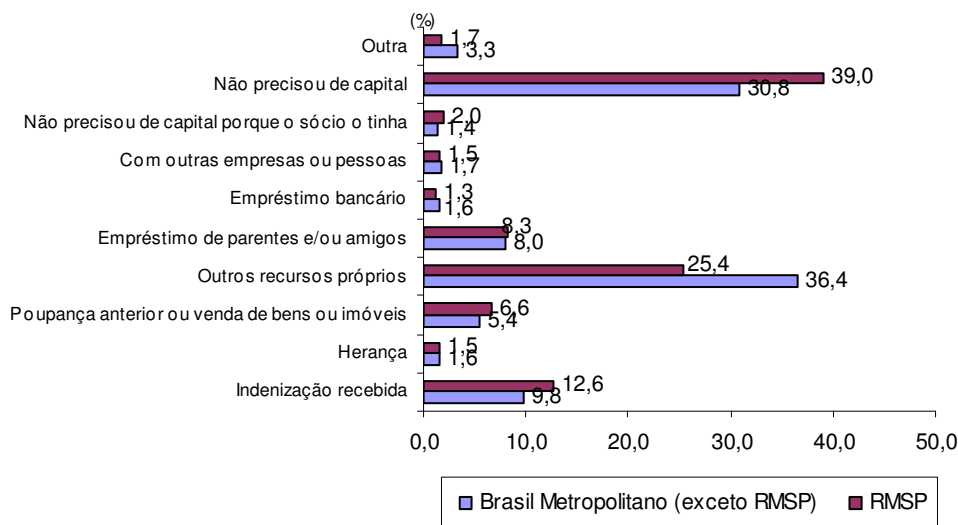
A questão da disponibilidade do capital inicial de fato não parece ser uma barreira à entrada no setor informal para uma parcela significativa dos empreendedores na Região Metropolitana de São Paulo. Cerca de 39% dos microempreendedores não precisou de capital para iniciar o negócio, percentual mais alto que a média das outras regiões metropolitanas (30,8%). Cerca de metade dos proprietários iniciou o negócio com recursos próprios, apontando como principal fonte declarada indenização recebida (12,6%), muito provavelmente por terem sido dispensados do último trabalho.

A utilização de recurso de terceiros, empréstimos de parentes e amigos também foram relevantes para os microempreendedores (8,3%). Destaca-se ainda a baixa capilaridade do sistema financeiro para esse público em que apenas 1,3% utilizou empréstimos bancários para abrir o negócio

Vale ressaltar que a herança não apareceu como uma fonte de recursos significativa para a abertura de negócio. Apenas 1,5% dos microempreendedores declarou herança como fonte de recursos para o início de suas atividades empreendedoras, o que está relacionado ao fato dos microempreendimentos no

Brasil serem originados de famílias de baixa renda. Esses dados destoam de resultados dos países desenvolvidos onde a herança é tida como uma fonte importante para a atividade autônoma.

Microempreendedores segundo o capital necessário para iniciar o negócio



Fonte: Ecnf/IBGE, 2003.

2.6) Mão-de-obra ocupada

Os microempreendimentos são importante fonte de renda para os seus donos, mas também para os seus empregados. Embora sejam empresas muito pequenas, a maioria constituída por uma pessoa ou no máximo duas, o setor ocupa 1.611.086 de pessoas na RMSP.

Cerca de 46,5% da mão-de-obra empregada têm alguma relação de parentesco com o dono do negócio: 20,2% são cônjuges, 11,1% são filhos e 15,2% outros parentes. Cerca de 82,6% dos trabalhadores entraram no negócio através de relações pessoais.

Na divisão por sexo, os homens estão mais presentes (62,4% dos ocupados). O nível de instrução dos trabalhadores ocupados nos microempreendimentos da RMSP é mais alto do que na média das demais regiões.

No tocante às relações de trabalho, metade dos trabalhadores são empregados sem carteira de trabalho assinada. O emprego com carteira de trabalho é responsável por 38% dos postos de trabalho e 12% são trabalhadores não remunerados.

A mão-de-obra ocupada nos microempreendimentos está em média há quatro anos e meio no negócio. A jornada semanal de trabalho é de 48 horas, superior a jornada oficial de trabalho. A forma de remuneração mais representativa é um salário fixo por mês.

2.7) Serviços de desenvolvimento empresarial

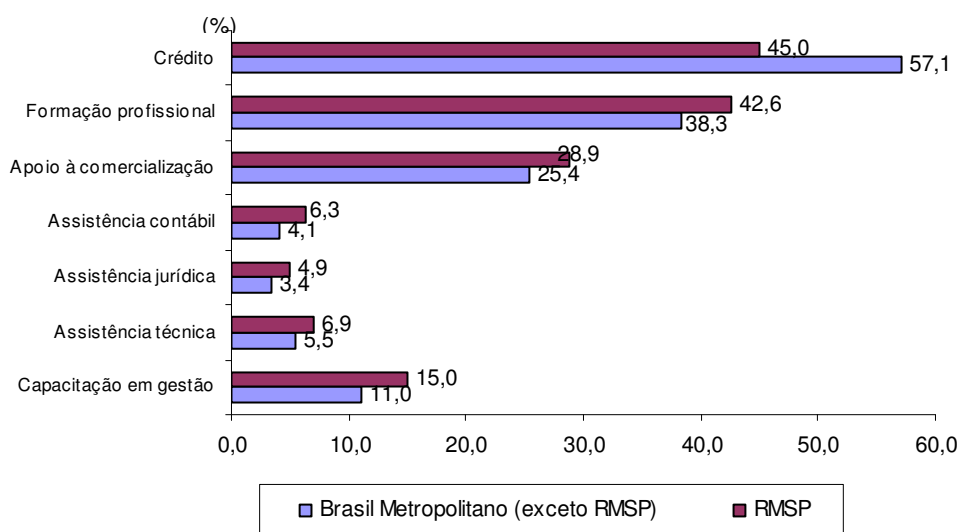
O acesso aos serviços de desenvolvimento empresarial é ponto chave no sucesso dos empreendimentos. Além de serviços financeiros, são instrumentos que visam proporcionar acesso a oportunidades, como a tecnologia, a informação e assessoria técnica, jurídica e contábil com o objetivo de aumentar a qualidade de gestão, produção e marketing desses negócios. Esse público carece de informações de diferentes tipos desde como gerenciar o negócio até saber as principais tendências do mercado.

A assistência técnica, jurídica ou financeira chega a um percentual baixo desses empreendimentos. Apenas 4,6% declararam ter recebido algum tipo de assistência nos cinco anos anteriores ao da pesquisa, sendo que a maior parte foi proveniente de instituições privadas. Vale destacar que, dentre os que foram beneficiados, a maioria recebeu assistência técnica e pagou por este serviço. A avaliação subjetiva dos microempreendedores com relação ao impacto dos serviços é positiva.

A baixa tecnologia dos microempreendimentos é percebida pelo percentual que não utiliza informática: 80,1% na RMSP e 86,1% nas demais regiões metropolitanas.

A nova Ecinf pesquisou os serviços considerados importantes para o desenvolvimento das atividades. O crédito se destacou como o serviço mais mencionado pelos respondentes na RMSP (45%) e no Brasil Metropolitano. O segundo tipo de serviço mais freqüente foi a formação profissional, bastante representativa dentre os microempreendedores de São Paulo (42,6%). O apoio à comercialização vem em seguida, citado por 28,9% dos microempreendedores da RMSP.

Fatores considerados importantes para a condução dos negócios



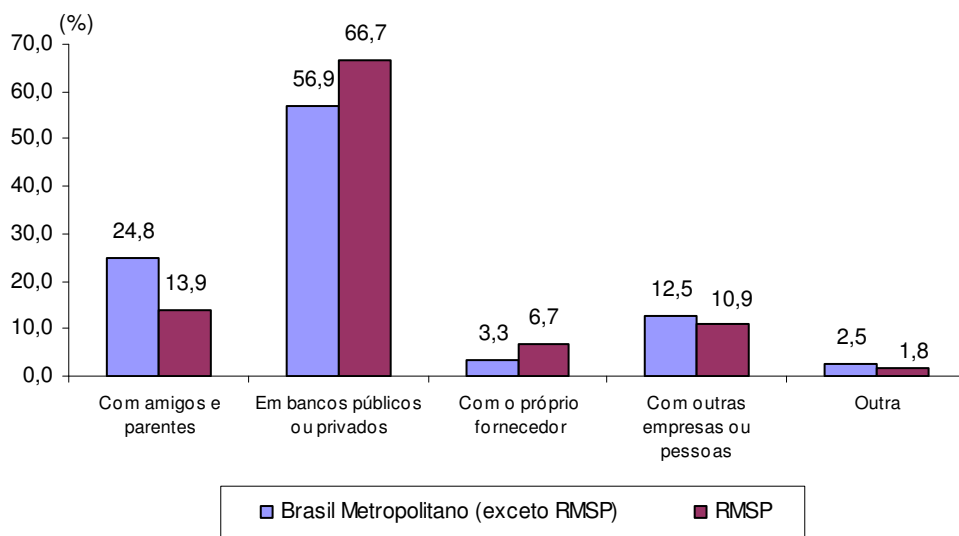
Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

2.8) Serviços Financeiros

A solução para a escassez de capital não parece ser o crédito para a maioria dos microempreendedores. O percentual que utilizou crédito nos três meses anteriores ao da pesquisa foi extremamente baixo: apenas 5,3% dos negócios na RMSP e 4,9% no Brasil Metropolitano (exceto a RMSP). Com relação à origem dos recursos, 66,7% utilizaram crédito de bancos públicos ou privados. Os

fornecedores foram a fonte de 6,7% dos que utilizaram crédito. Mas ainda é grande o percentual de empreendedores que precisam recorrer a amigos, parentes ou outras pessoas (agiotas), cerca de ¼ dos que pegaram crédito.

Principal fonte dos recursos utilizada pelos microempreendedores



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

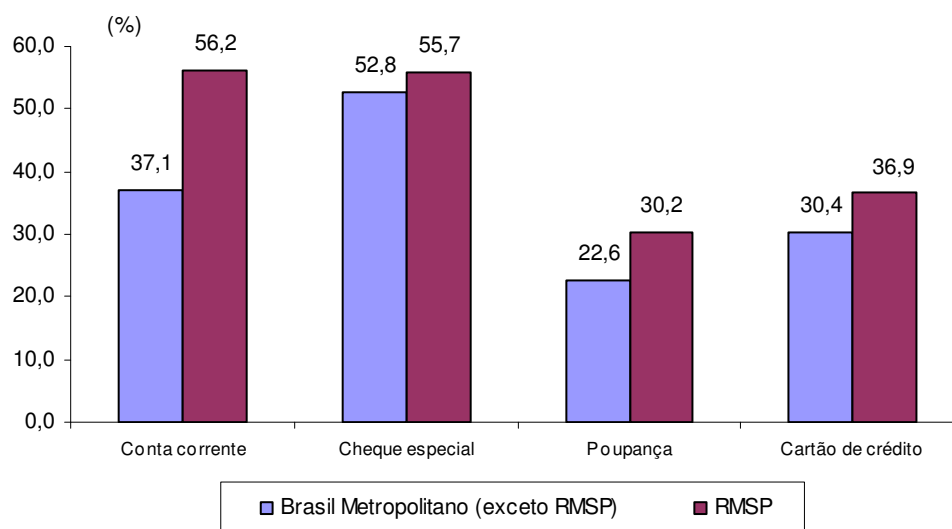
O baixo percentual de microempreendedores que utilizam crédito está relacionado à dificuldade de acessarem o sistema financeiro formal, que não sabe como atuar junto a esse público. Isso ocorre pela assimetria de informações entre os tomadores e quem concede crédito. As instituições de crédito não dispõem de informações detalhadas sobre esse público que tem dificuldades de comprovar seus rendimentos e que ainda possui sistemas de contabilidade e gerenciamento extremamente rudimentares. A maioria dos microempreendedores não registra a contabilidade do negócio e muitos têm dificuldades de separar as contas do negócio das despesas da família. A impossibilidade do empreendedor de apresentar garantias reais, reconhecidas pelo mercado formal de crédito, por sua vez, não permite a superação do problema da assimetria de informações.

Outras formas de crédito são bem mais representativas que os empréstimos, principalmente, o cartão de crédito. Em torno de 36,9% dos microempreendedores

têm cartão de crédito na RMSP, percentual superior à média das regiões metropolitanas (30,4%). O cheque especial é ainda mais utilizado do que cartão de crédito: 55,7% têm esse serviço na RMSP.

Com relação a outros serviços financeiros além do crédito, cerca de 56,2% dos microempreendedores possuem conta corrente em banco na RMSP. Vinte por cento, entretanto, não têm direito a talão de cheques. A caderneta de poupança é utilizada por 30% dos microempreendedores na RMSP e 22,6% no Brasil Metropolitano (exceto RMSP).

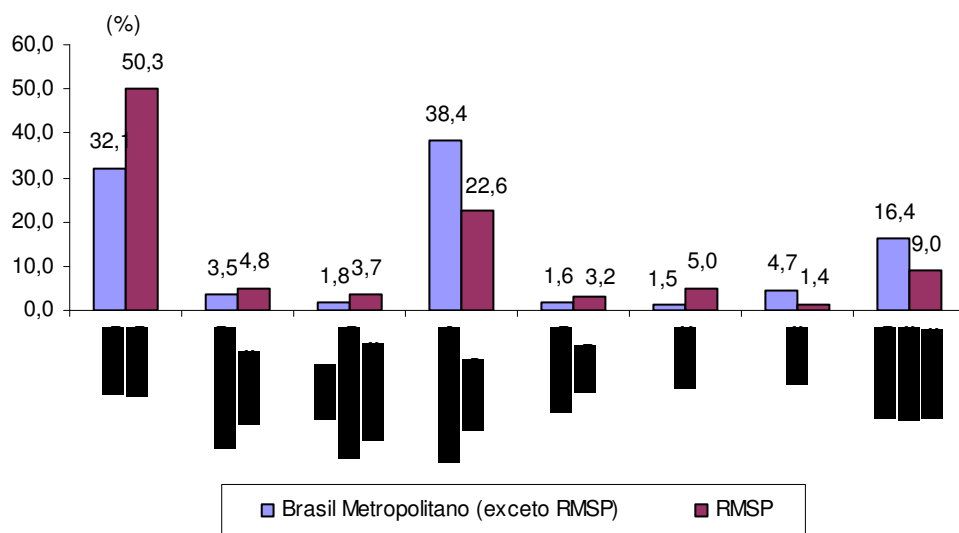
Microempreendimentos segundo o acesso a serviços financeiros



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

A nova pesquisa traz informações sobre a forma de efetuar pagamentos. A principal delas, no Brasil Metropolitano, é o correspondente bancário (38,4%), enquanto na RMSP, pela maior presença de bancos, são as agências bancárias (50,3%). Em São Paulo, os correspondentes bancários aparecem em segundo lugar (38,4%). Vale destacar que 9% dos microempreendedores da RMSP não efetuam transações financeiras.

Microemprendimentos segundo a forma de efetuar pagamentos



Fonte: Ecinf/IBGE, 2003.

Nas duas últimas décadas, surgiram várias iniciativas de programas voltados aos microempreendedores no Brasil e em São Paulo, como a experiência de São Paulo Confia que será analisada na próxima seção.